

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A

Demonstrações Financeiras

individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	17
Balanco patrimonial.....	22
Demonstrações do resultado	24
Demonstrações do resultado abrangente.....	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstrações dos fluxos de caixa	27
Demonstrações do valor adicionado	28
Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:	
1. Contexto operacional	29
2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	31
3. Consolidação	32
4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.....	32
5. Estimativas e julgamentos críticos.....	33
6. Conversão de moeda estrangeira	34
7. Resumo das políticas contábeis materiais	35
8. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros	43
9. Caixa e equivalentes de caixa	52
10. Contas a receber de clientes.....	53
11. Partes relacionadas.....	54
12. Adiantamentos a fornecedores	57
13. Estoques	57
14. Tributos a recuperar	57
15. Ativos biológicos	58
16. Investimentos.....	60
17. Imobilizado	61
18. Intangível.....	62
19. Direitos de uso e arrendamentos a pagar	63
20. Fornecedores.....	65
21. Adiantamentos de clientes.....	65
22. Empréstimos e financiamentos	66
23. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	68
24. Provisão para riscos processuais	71
25. Dividendos a pagar	72
26. Patrimônio líquido	72
27. Receita líquida	74
28. Segmentos operacionais.....	75
29. Custos e despesas por categoria e natureza	75
30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	76
31. Resultado financeiro líquido	76
32. Contratos <i>take-or-pay</i>	77
33. Transações não caixa.....	78
34. Eventos subsequentes.....	79



Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da (“Eldorado” ou “companhia”) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Este relatório e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as normas International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BR GAAP), e é acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O ano de 2025 marcou a consolidação da J&F S.A., com a aquisição da participação de 49% das ações da Eldorado, encerrando um litígio que durou quase oito anos. Nesse contexto, a Companhia assumiu a dívida da aquisição, no valor de R\$ 15 bilhões, iniciando um processo relevante de refinanciamento, ampliando o relacionamento com bancos e com o mercado de capitais. O ano foi encerrado com o endividamento em patamares adequados à política financeira, após a conclusão das operações de venda e troca de madeira. Essas operações também contribuíram para reposicionar o ativo florestal em um cronograma mais adequado e flexível para o processo de expansão de capacidade produtiva.

O ano também foi marcado, mais uma vez, pela consistência das atividades operacionais da Eldorado, com crescimento da produtividade industrial, florestal e logística. O custo caixa apresentou redução de -16%, contribuindo para a manutenção dos resultados em um ano que apresentou grade volatilidade no mercado de celulose. Para 2026, espera-se a manutenção da competitividade das operações da Companhia, uma vez que passamos a utilizar 100% de madeira própria, contribuindo para uma melhor equação de custos, maior produtividade industrial e custos logísticos mais competitivos.

A demanda por celulose de mercado apresentou dinâmicas distintas entre as regiões em 2025: na Ásia, o crescimento foi impulsionado principalmente pela entrada de novas capacidades de papel, pelo aumento populacional e pela expansão econômica; na Europa, a demanda permaneceu similar à do ano anterior, embora o segmento de papéis sanitários — principal uso final da celulose de eucalipto na região — tenha continuado a crescer; já na América do Norte, a procura por papéis sanitários seguiu positiva mesmo após um forte quarto trimestre em 2024, e apesar das mudanças tarifárias ao longo do ano, a celulose de eucalipto acabou sendo isenta. O avanço populacional e de consumo, somado à redução gradual da oferta local de fibra curta, às paradas de produção em 2025 e à substituição de fibras recicladas por fibras virgens, manteve o mercado norte-americano resiliente.

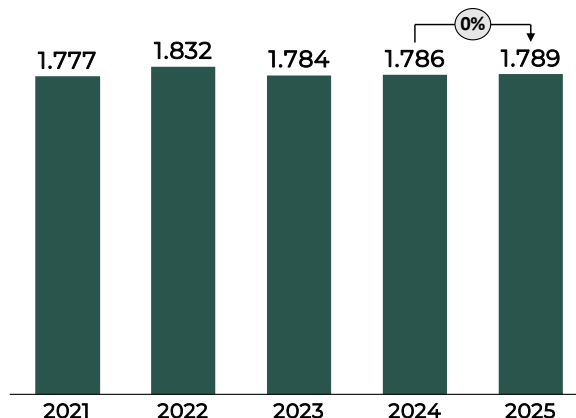
O mercado de celulose deve manter fundamentos sólidos devido ao equilíbrio entre oferta e demanda. A substituição entre fibras continuará como tendência, assim como a substituição do plástico de “single use” por celulose. Mantendo atenção aos fatores climáticos e logísticos inesperados, que ano após ano vêm intensificando os choques de oferta, espera-se um comportamento e uma relação entre os mercados de magnitude semelhante ao observado em 2025. No longo prazo, o setor permanece com tendência positiva e de crescimento.

Por fim, em linha com a nova estratégia anunciada pela J&F, que prevê a incorporação de todas as operações nas quais o grupo detém 100% de controle, a Companhia iniciou esse movimento com a divulgação de seu Rating Nacional e Internacional, recebendo classificação BB+ pelas agências Fitch e S&P e Ba1 pela Moody's. A integração da Âmbar, concluída em 2025, marcou o início desse processo, que seguirá ao longo de 2026 com a incorporação das demais empresas controladas, incluindo a Eldorado Brasil. Esses avanços reforçam o direcionamento rumo à consolidação dos negócios sob uma estrutura unificada pela J&F..

A Administração.

Desempenho Econômico-Financeiro

Volume de Produção (mil toneladas)



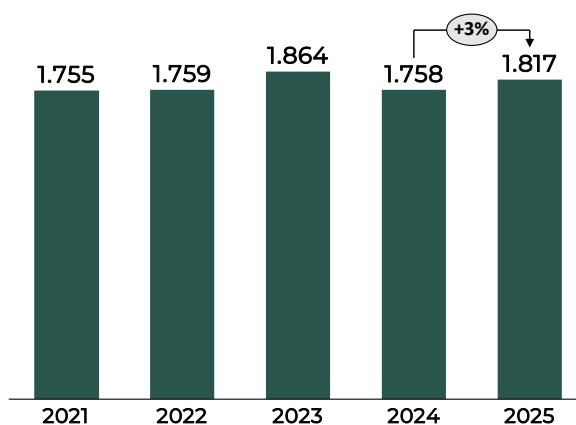
A produção anual da Eldorado foi de 1,789 milhões de toneladas de celulose em 2025, em linha com 2024, reforçando o plano estratégico da Companhia em produzir dentro da sua capacidade nominal de 1,8 milhões de toneladas ao ano.

A Eldorado segue aprimorando seu processo produtivo e, com isso, reduz o consumo de água, energia elétrica e produtos químicos, gerando, assim, menos efluentes. Um exemplo disso é a redução do consumo específico de água, que chegou a 25,5 m³/t ante 34 m³/t do projeto, e o valor alcançado de consumo de químicos, que chegou a 29,7 kg/t.

A fábrica é autossuficiente em energia elétrica, pois produz energia verde a partir de biomassa oriunda de materiais não aproveitados na produção de celulose, como lignina e resíduos da madeira.

Em 2025, foram gerados 1,6 milhão MWh de energia, aumento de 3% frente a 2024, dos quais 783 mil MWh foram consumidos pela própria planta, 451 mil MWh foram vendidos para companhias de insumos químicos localizados dentro do complexo industrial da Eldorado e 370 mil MWh destinados ao sistema elétrico nacional.

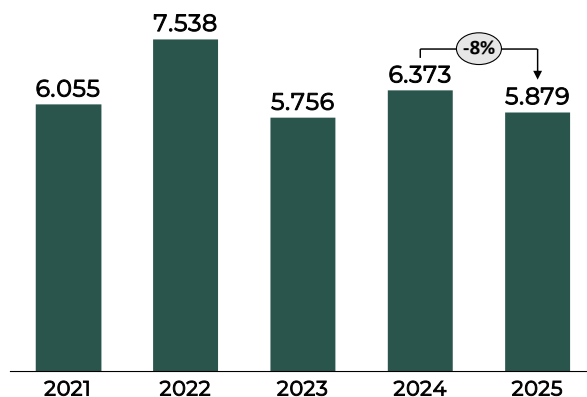
Volume de Vendas (mil toneladas)



O volume de vendas apresentou leve aumento de 3% ante o período anterior, mesmo com a parada programada de manutenção. Esse resultado é reflexo do melhor mix por região praticado no período.

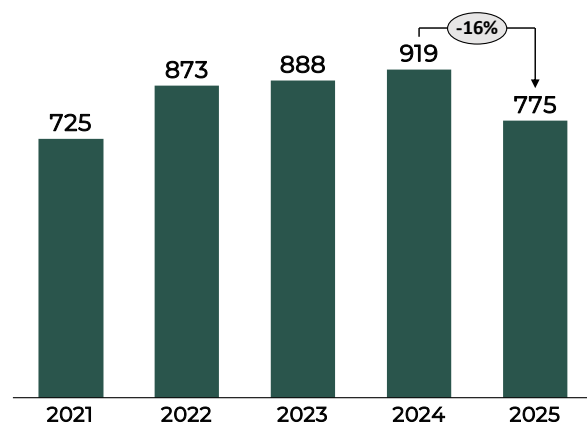
O preço líquido médio da celulose vendida pela Eldorado em 2025 foi de US\$ 549 por tonelada, uma redução de US\$ 105 por tonelada ou -16% em relação a 2024, alinhado ao cenário de preços internacionais da celulose discutidos anteriormente.

Receita Líquida (R\$ milhões)



A Companhia registrou receita líquida de R\$ 5.879 milhões, queda de -8% em relação ao ano anterior, impulsionada principalmente pelos menores preços médio de venda (-16%), com compensação parcial pela valorização do dólar frente ao real no período (4%) e pelo aumento no volume de vendas (3%).

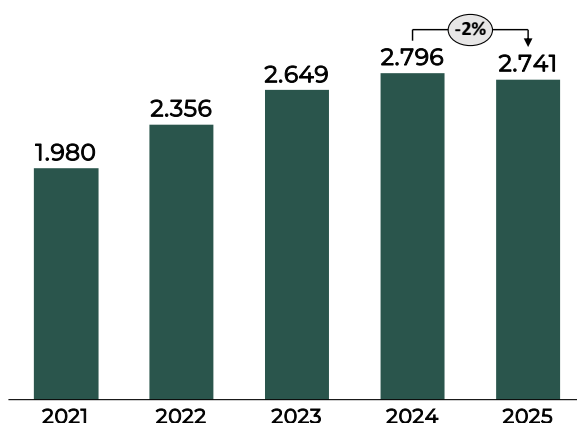
Custo caixa de produção sem parada (R\$/t)



O custo caixa de produção sem parada de 2025 foi de R\$ 775 (US\$ 139) por tonelada, uma queda de -16% em relação ao ano anterior, decorrente do aumento de consumo de madeira própria e contribuição da receita de utilidades. Esses efeitos foram compensados pelo maior consumo de químicos (6%) e pela menor diluição de custo fixo (6%).

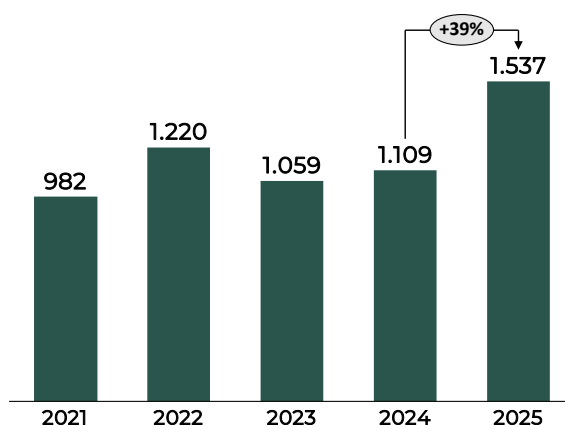


Custo do Produto Vendido

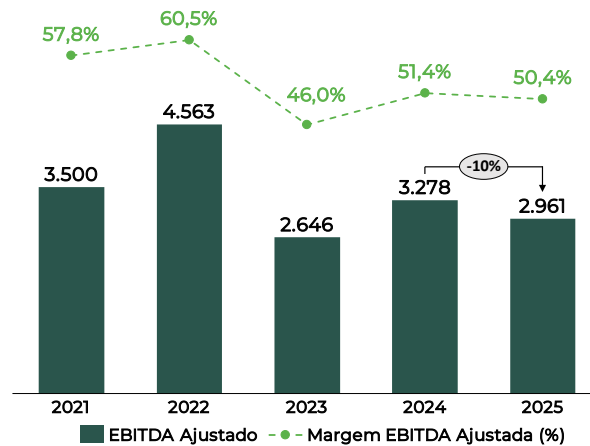


O Custo dos Produto Vendido (CPV) atingiu R\$ 2.741 milhões, -2% inferior em relação ao ano anterior, devido a menor diluição de custos logísticos no período.

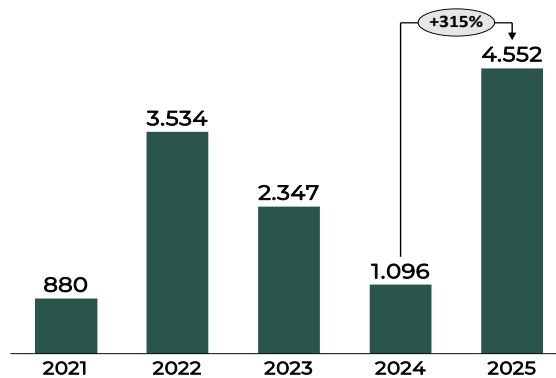
Despesas com Vendas, Administrativas e Logísticas



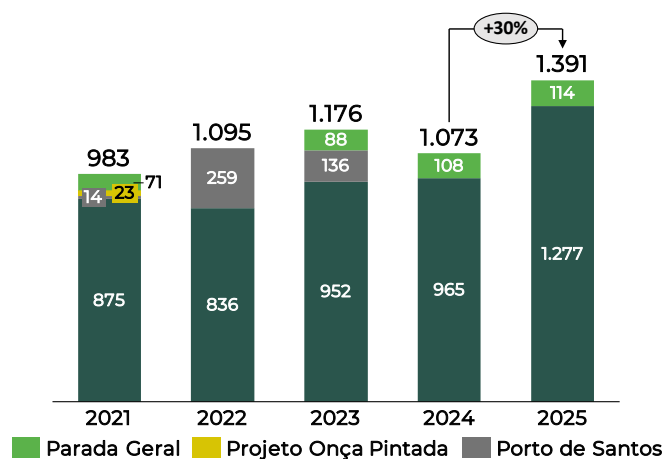
As despesas com vendas, administrativas e logísticas da Companhia atingiram R\$ 1.537 milhões, 39% superior em relação ao ano anterior, em decorrência das despesas jurídicas não recorrentes relacionadas à aquisição da Companhia e encerramento dos processos jurídicos, e aumento de serviços de vendas e comissões, apesar de menores despesas logísticas variáveis.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustada (%)


O EBITDA ajustado atingiu R\$ 2.961 milhões, -10% inferior em relação ao ano anterior, explicado principalmente pela menor receita líquida devido ao menor patamar de preços.

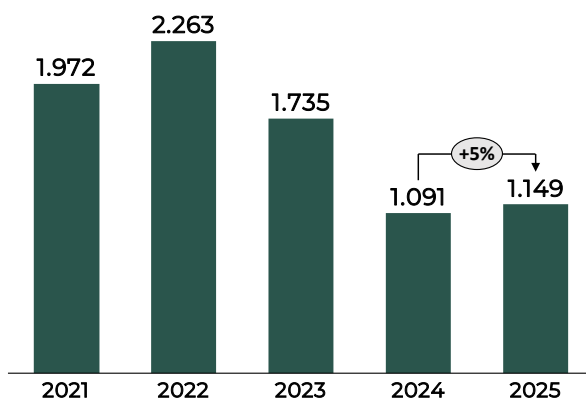
Lucro líquido (R\$ milhões)


O lucro líquido de 2025 foi de R\$ 4.552 milhões, aumento significativo diante dos R\$ 1.096 milhões no ano anterior, devido principalmente à atualização do valor justo do ativo biológico.

Investimentos (R\$ milhões)


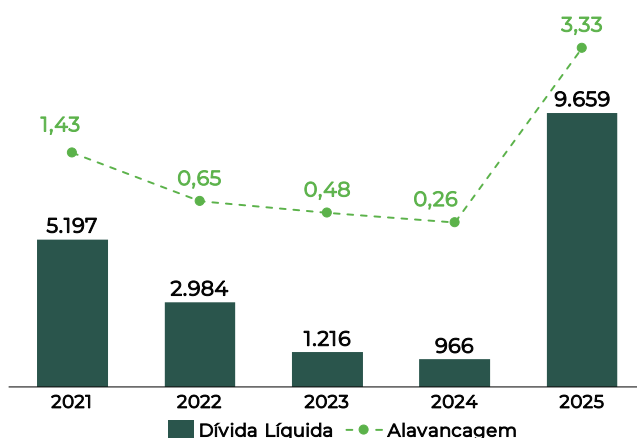
Em 2025, a Companhia investiu um total de R\$ 1.391 milhões na manutenção das atividades fabris, florestais e silvicultura. Desse total, R\$ 802 milhões foram destinados à manutenção da operação, incluindo a parada de geral. O aumento está relacionado ao maior desembolso para a substituição de frotas de máquinas de operação florestal, e manutenções industriais.

Fluxo de caixa livre ajustado (R\$ milhões)



O Fluxo de Caixa Livre Ajustado totalizou R\$ 1.149 milhões em 2025, comparado a R\$ 1.091 milhões em 2024. O resultado é reflexo do menor EBITDA Ajustado e maior desembolso de capex, somado ao maior pagamento de juros no período.

Dívida líquida (R\$ milhões) e Alavancagem (em US\$)



A dívida líquida encerrou o ano de 2025 em R\$ 9.659 milhões, um aumento em relação aos R\$ 966 milhões no final do ano anterior reflexo da dívida relacionada à aquisição da Eldorado pela J&F.

Nesse sentido, a relação dívida líquida/EBITDA ajustado, medida em dólar, encerrou 2025 em 3,3 vezes contra 0,26 vezes no ano anterior. Considerando

Rating

Agência	Escala Nacional	Escala Global	Perspectiva	Data
Fitch Ratings	AA+	BB	Estável	Jun/2025
Moody's	-	Ba3	Estável	Nov/2025

Em 18 de novembro de 2025, a Moody's Ratings rebaixou a classificação de crédito em escala global da Eldorado de Ba2 para Ba3. A perspectiva permanece estável.

Ambiental, Social e Governança

Ambiental e Social

A Eldorado manteve sua estratégia de crescimento e geração de valor alinhada aos seus direcionadores: competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas. A sustentabilidade e os critérios ESG de modo geral são um pilar fundamental do negócio e permeia todas as ações da Companhia.

Certificações internacionais

Em 2025, durante o período, foi realizada a auditoria anual de supervisão do FSC® – sob o código de licença FSC-C113536 – Forest Stewardship Council® e PEFC - certificação PEFC/28-23-18 - Programme for the Endorsement of Forest Certification para manejo florestal, na qual foi reafirmada as práticas de manejo florestal responsáveis, sendo recomendados para a manutenção da certificação por mais um ano. No mesmo período, também ocorreu a auditoria anual de Cadeia de Custódia e Madeira Controlada FSC® sob o código de licença FSC-C113939 – Forest Stewardship Council® e PEFC - certificação PEFC/28-32-05 - Programme for the Endorsement of Forest Certification, conduzida nas unidades de Três Lagoas (Brasil) e Viena (Áustria). Nesta avaliação, a Companhia também obteve recomendação para a continuidade das certificações.

Além disso, as florestas plantadas e áreas de conservação ambiental da empresa contribuíram para a remoção de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de CO₂ no ano, registrando no acumulado mais de 46 milhões de toneladas de CO₂ removidos desde o início das operações, ou seja, 12 vezes superior às emissões diretas da Companhia no mesmo período. A Companhia manteve a excelência no processo e teve a recomendação para manter os certificados.

Além disso, a Eldorado Brasil recebeu a Medalha de Ouro da EcoVadis, colocando-a entre as 5% melhores empresas globais em práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), destacando seu manejo florestal sustentável, inovação em energia limpa (biomassa) e compromisso com a governança corporativa e o mercado internacional, sendo um reconhecimento da sua excelência em sustentabilidade.

A Eldorado participou do Encontro de Líderes Globais do Pacto Global da ONU, que celebrou os 25 anos desta iniciativa. Com o tema "Mobilizing What's Next", o evento ressaltou que não basta reafirmar compromissos é essencial transformar intenções em ações concretas, acelerar a ampliação dos impactos positivos e enfrentar as incertezas do cenário atual. Esta participação reforça de forma significativa o compromisso contínuo com os princípios e objetivos do Pacto Global, reafirmando a promoção de práticas sustentáveis e responsáveis.

Relação com as comunidades

A Eldorado Brasil mantém como diretriz de atuação o relacionamento estruturado e contínuo com as comunidades localizadas nas regiões onde opera, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social

local, em consonância com os temas prioritários de sua estratégia ESG. A Companhia realiza, por meio de sua área de Sustentabilidade, reuniões periódicas com aproximadamente 15 comunidades e áreas do entorno no Estado de Mato Grosso do Sul, promovendo um processo de engajamento transparente, identificação de demandas prioritárias e definição de agendas sociais alinhadas às necessidades locais.

No exercício de 2025, a Companhia deu continuidade e ampliou iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, com destaque para o Projeto Raízes, realizado em parceria com o SENAR e prefeituras locais. O projeto tem como foco o apoio a produtores rurais de assentamentos nos municípios de Selvíria, Inocência e Brasilândia (MS), abrangendo etapas como preparo do solo, capacitação técnica, produção agrícola e apoio ao escoamento e comercialização, com ênfase no cultivo de raízes. No mesmo período, foi realizada a Vitrine Tecnológica, evento que reuniu produtores rurais de diferentes assentamentos para atividades práticas e troca de conhecimento técnico, abordando temas como manejo de solos, irrigação, controle sustentável de pragas e boas práticas de pós-colheita.

Ainda no âmbito social, o Projeto Pomar apresentou resultados relevantes em 2025, com produtividade média de aproximadamente 40 kg de limão por árvore entre as famílias participantes. Em função dos resultados obtidos, o projeto foi ampliado para o cultivo de outras frutas, passando a beneficiar famílias de quatro comunidades da região, contribuindo para a diversificação produtiva e geração de renda complementar.

Na área de educação e conscientização socioambiental, a Companhia avançou com o programa “Valores Eldorado na Escola”, desenvolvido em escolas municipais de da região. O programa promoveu ações educativas voltadas a estudantes do Ensino Fundamental II, com a realização de 24 aulas abordando temas como sustentabilidade, cidadania, segurança, integridade, prevenção de incêndios florestais, produção de energia renovável e conservação da biodiversidade.

Ao longo do exercício, a Eldorado Brasil também realizou aportes e apoios institucionais direcionados principalmente às áreas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, incluindo participação em campanhas sociais, apoio a projetos educacionais e iniciativas de assistência a comunidades em situação de vulnerabilidade. As ações contemplaram doações de itens essenciais, apoio a programas de formação juvenil e atendimento a demandas pontuais identificadas junto às comunidades do entorno.

O Programa Eldorado de Sustentabilidade (PES), direcionado à sociedade, comunidades e colaboradores, alcançou, em 2025, aproximadamente 890 mil pessoas por meio de ações diretas e iniciativas de comunicação. As atividades de educação ambiental e engajamento social reforçam o compromisso da Companhia com práticas alinhadas aos princípios ESG e com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, o Programa de Voluntariado AME realizou, no período, diversas ações sociais, incluindo campanhas de doação, visitas a instituições e eventos comemorativos, beneficiando comunidades nos municípios de Santos (SP), São Paulo (SP), Andradina (SP) e Três Lagoas (MS). Destaca-se, ainda, a realização da 5ª edição da Eldorado Run, evento esportivo que resultou na arrecadação de aproximadamente 11 toneladas de alimentos, posteriormente destinados a instituições sociais localizadas nas regiões de atuação da Companhia.

Meio Ambiente

Com o objetivo de sempre melhorar seu desempenho ambiental, a Eldorado Brasil está comprometida em adotar padrões operacionais mais rigorosos do que os estabelecidos pela legislação nacional. A empresa remove em média 12 vezes mais CO₂ do que emite em todas as suas operações próprias, resultando em balanço de carbono negativo, um destaque no mercado.

A empresa também está empenhada em realizar estudos de viabilidade para o uso de combustíveis alternativos, menos poluentes, substituindo o óleo diesel por gás natural veicular (GNV) em parte de sua frota do transporte de madeira, incluindo veículos híbridos e movidos exclusivamente a gás.

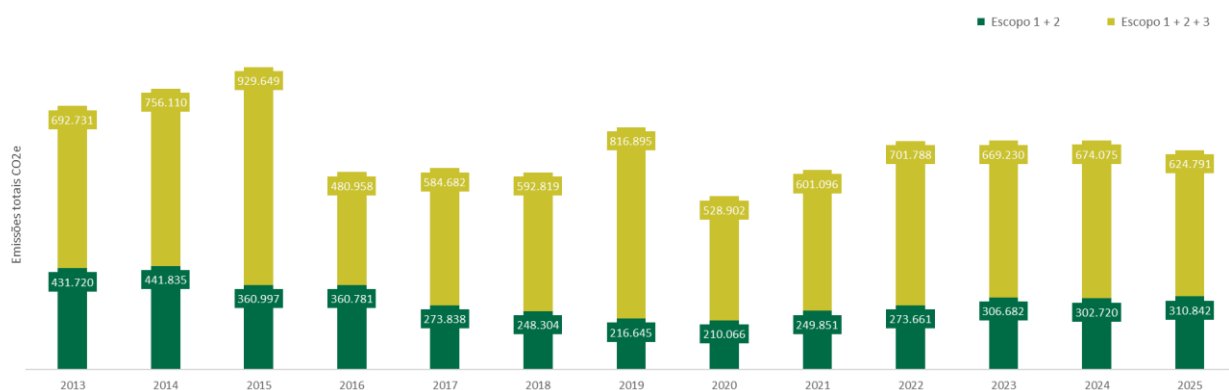
O inventário de emissões de gases do efeito estufa GEE, responsável por consolidar os dados relativos às emissões, a partir do ano de 2022 passou a ser auditado anualmente por verificadora de terceira parte, conforme as diretrizes do programa GHG Protocol. Nesse contexto, a empresa obteve o Selo Ouro, que



representa o mais alto nível de reconhecimento em relação ao inventário de gases de efeito estufa, segundo o programa GHG Protocol Brasil.

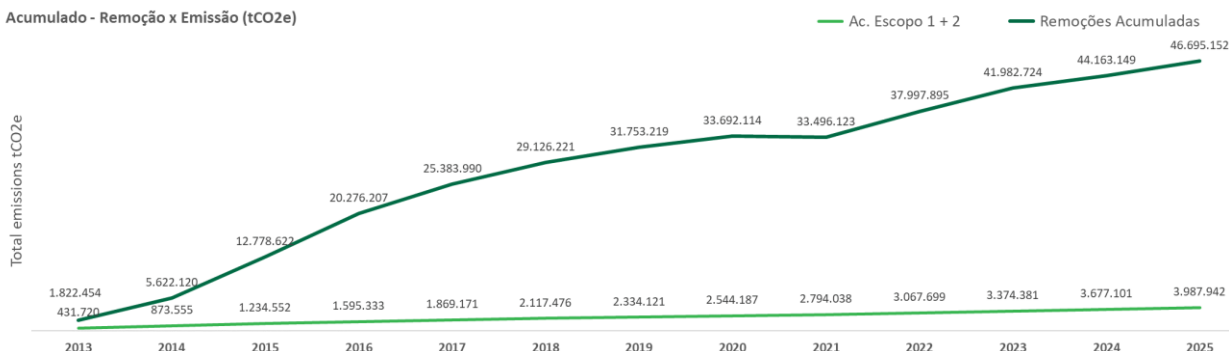
O inventário foi avaliado por uma entidade credenciada pelo Inmetro, seguindo os padrões estabelecidos pela ISO 14064, o que validou as boas práticas de monitoramento e a transparência na divulgação dos dados. Além disso, a Eldorado implementou sistema para monitorar principais indicadores ambientais de GEE, resíduos, energia, água e efluentes. A certificação se refere ao inventário de 2024 e a Companhia já foi auditada no ciclo de 2025, apenas está aguardando o relatório final confirmação do resultado final, o qual foi sinalizado como igual ao ano anterior.

Abaixo estão os gráficos demonstrativos referentes ao ano de 2025. As emissões absolutas apresentam uma leve redução, influenciado principalmente pelas emissões da categoria de atividades agrícolas, em razão de menores ocorrências de incêndios florestais no ano.



*Os números de 2025 estão aguardando validação final pós auditoria, poderão sofrer alterações.

Acumulado - Remoção x Emissão (tCO₂e)





Em 2025 a Eldorado Brasil inaugurou a Central de Processamento de Biomassa de Madeira Inservível, instalada na unidade fabril da Companhia, que representa um avanço importante na estratégia de sustentabilidade do negócio. A nova linha de picagem utiliza toras de madeira que não foram aproveitadas na produção de celulose, promovendo o uso integral da madeira. O processo é totalmente elétrico, com energia renovável gerada pela própria fábrica, eliminando o uso de óleo diesel para picagem no campo e reduzindo as emissões móveis de carbono. O projeto reforça o compromisso com a economia circular e a redução de impactos ambientais gerado pelo processo.

No período, a Eldorado Brasil deu mais um passo relevante em sua estratégia de eficiência operacional e sustentabilidade com a inauguração de uma nova planta de secagem de lodo biológico em sua unidade industrial de Três Lagoas (MS). A iniciativa utiliza tecnologia de ponta, e representa um avanço significativo na gestão de resíduos e na autossuficiência energética da Companhia. A planta conta com um secador de pás de alta eficiência, com capacidade para processar até 22 toneladas de lodo biológico por dia, assegurando um processo estável, limpo e totalmente integrado aos sistemas de controle da fábrica. O material seco passa a ser utilizado como combustível na própria caldeira industrial, transformando um resíduo do tratamento de efluentes em fonte de energia renovável. Além de reduzir de forma expressiva o volume de resíduos destinados a aterros, o projeto contribui para a diminuição de custos operacionais, maior eficiência energética e menor dependência de fontes externas de energia. Essa iniciativa reforça o compromisso da Eldorado Brasil com a inovação, a disciplina de capital e a adoção de práticas alinhadas aos princípios ESG, gerando valor sustentável no longo prazo para seus acionistas e demais públicos de interesse.

Governança Corporativa

Nossa Gente

O sucesso da Eldorado é impulsionado pela Nossa Gente, que transforma desafios em conquistas e escreve sua história a cada dia. Com mais de 5 mil colaboradores, cultivam ambiente acolhedor e inspirador, onde talentos crescem e carreiras se desenvolvem.

No período, houve avanço significativo na agenda de Diversidade, com crescimento de 12% no número de mulheres na Companhia, um marco alinhado aos compromissos de inclusão e equidade.

Ao longo de 2025, foram realizadas 2.002 contratações distribuídas em diversas áreas da Companhia, com maior volume nas áreas de Florestal, Industrial e Transportadora. Desta forma, é reforçado o compromisso com o crescimento interno da Companhia. Ademais, por meio do Recrutamento Interno, possibilitou-se o preenchimento de 110 posições, com maior volume nas áreas de Florestal e Industrial.

O Programa Super Talentos Estagiários, Aprendizes e PCD's é uma iniciativa corporativa da Diretoria de RH, Sustentabilidade e Comunicação. O programa possui uma Trilha de Desenvolvimento própria, que contempla formação técnica, desenvolvimento comportamental, integração cultural e acompanhamento contínuo. A jornada de cada participante é acompanhada pela área de Desenvolvimento Organizacional, que garante evolução das competências, alinhamento à cultura Eldorado e aumento da empregabilidade.

Essa estrutura consolida o Programa como um dos principais pipelines de talentos da Companhia, qual reforça o compromisso com Diversidade, Inclusão e Desenvolvimento Sustentável de Pessoas, e tem papel essencial na formação e no acesso a novas oportunidades. O Programa alcançou a contratação de 25 estagiários, 195 aprendizes, 33 colaboradores através da Cota Social, e 7 colaboradores PCD's. Atualmente, as mulheres representam cerca de 14% do nosso quadro de liderança.

O Programa Indique Gente como a Gente continuou fortalecendo a cultura de pertencimento e indicação de talentos. Ao todo, ocorreram 990 indicações na Página de Carreiras e 22 colaboradores foram premiados. Além disso, outros 55 profissionais indicados permanecem em período de avaliação, conforme regra do Programa, que prevê a premiação somente após 6 meses de permanência na Companhia. Esse processo reforça a governança e o alinhamento às diretrizes do Programa.

Esses resultados reforçam a maturidade da Companhia na gestão de pessoas e evidenciam o avanço contínuo em atração, desenvolvimento e retenção de talentos, sustentando o crescimento da Eldorado e preparando a organização para seus próximos ciclos estratégicos.

A estratégia de crescimento é direcionada por quatro pilares centrais: competitividade, sustentabilidade, inovação e valorização das pessoas. Esses eixos, presentes em todas as áreas, formam a base de cultura de trabalho que prioriza a inovação, a responsabilidade ambiental, a eficiência e, acima de tudo, o respeito e a valorização.

A Cultura Organizacional também direciona a criação e o desenvolvimento de diversos programas internos. Um deles é a Academia da Liderança, que desenvolve líderes para conduzirem equipes de sucesso, criando um ambiente de aprendizagem para o crescimento e o aprimoramento contínuo das habilidades de liderança em seus diversos níveis de gestão. O principal objetivo é melhorar a performance e a produtividade, garantindo que líderes e suas equipes alcancem resultados ainda mais expressivos.

Em 2025, realizamos importantes investimentos em desenvolvimento de liderança com 24 coordenadores e especialistas que participaram da Trilha Liderança Tática, 140 participantes (analistas, líderes, especialistas, supervisores e técnicos) na Trilha Líderes do Futuro. Atualmente, O Programa de Idiomas contou com 135 participantes, com o foco no desenvolvimento de competências linguísticas alinhadas às necessidades do negócio. O Programa +Saber, foi realizado em formato podcast com temas sobre Power Skills, Neurociência, Inovação, Lifelong Learning, Esporte e Saúde, com 911 participantes ao longo do ano. O Programa Essência, reforça o compromisso da Eldorado com as pautas de diversidade, equidade e inclusão, com o objetivo de criar um ambiente dedicado ao diálogo, aprendizado e conexão. Ao todo, foram realizados 21 encontros com os grupos de Mulheres, Raça, LGBTQIAPN+, Intergeracional e PCD, com a participação de 368 colaboradores.

Outra ação significativa foi a Avaliação de Desempenho, ferramenta estratégica para o desenvolvimento da Nossa Gente. A AVD foi estruturada para apoiar o crescimento individual, estruturada para apoiar o crescimento individual e promover o alinhamento aos valores, às crenças e à cultura da Eldorado. Em 2025, o processo contou com 937 colaboradores elegíveis, 460 profissionais avaliados em comitês, a realização de 43 comitês (incluindo Offshores) e a indicação de 1.620 ações de desenvolvimento.

Integridade

A Eldorado tem avançado a cada ano no seu Programa de Integridade, com o compromisso de promover as boas práticas para incentivar que todos ajam com ética e responsabilidade. A empresa e suas lideranças priorizam o diálogo aberto com todos os nossos públicos de relacionamento e, ano a ano, novas ações são criadas e aprimoradas com intuito de fomentar os valores, a cultura de ética, integridade, conformidade e transparência nos negócios.

Em 2025, o Programa de Integridade da Eldorado atingiu 100% de conformidade em cerca de 180 itens avaliados por uma auditoria externa, seguindo as melhores práticas de mercado e as resoluções ISO 37001 e 37301.

Desde março de 2024, a Companhia também integra o seletor grupo de organizações com o Selo Agro Mais Integridade, no período 2025-2026, a Eldorado recebeu o selo na data 5 de março. Esse reconhecimento é concedido a empresas que incorporam responsabilidade social, foco em sustentabilidade ambiental e práticas éticas em suas atividades e políticas internas e externas. A Eldorado Brasil manteve suas comunicações periódicas em temas de ética e integridade, reforçando a importância que a administração da empresa dá a temas como direitos humanos, ética, responsabilidade social e promoção de boas práticas de integridade. Foi criado e publicado em 2025 o folheto *Ética em Foco*, newsletter interna de Integridade da Eldorado Brasil com o objetivo de tornar a integridade um tema cada vez mais presente no dia a dia da Companhia.

O Programa de Multiplicadores da Ética seguiu sendo um pilar da governança da Eldorado. Em 2025, foi realizado o II Encontro dos Multiplicadores da Ética, colaboradores de diversas áreas da empresa que exercem o papel de agentes de transformação e promotores de transparência, respeito e integridade, sempre alinhados ao Princípio de Anticorrupção do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Encontro contou com palestras e reflexões sobre influência, exemplo individual e força da consciência coletiva, além de um olhar acolhedor e necessário sobre saúde mental e ambientes éticos, com profissionais especialistas nos temas.

Além disso, a Eldorado reforça sua cultura de "Faça Sempre o Certo" (slogan do Programa de Integridade), com compromissos públicos de integridade, como o Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Após adesão aos compromissos públicos, a Eldorado realiza anualmente o preenchimento do Aprofundamento Temático - Indicadores Ethos - Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção. A Companhia mantém avaliação em 8,5, muito superior à média geral de empresas, que é de 7,1.

Em 2025, o programa também continuou promovendo diversos treinamentos focados em aprimorar a governança corporativa e as regras de comportamento. No 2º trimestre de 2025, a área de Integridade promoveu um treinamento exclusivo para a liderança da empresa, com transmissão ao vivo para todas as unidades. O evento presencial em São Paulo teve duração de uma hora e foi conduzido por um renomado especialista contratado para essa finalidade. O foco do treinamento foi reforçar com a liderança seu papel para promoção de um ambiente ético, íntegro e transparente, alinhado à governança corporativa. Foram discutidos temas essenciais como gestão de riscos, combate à corrupção e prevenção ao assédio, reforçando o papel da liderança como pilar do sucesso sustentável da Eldorado. Esse foi um importante passo para consolidar a cultura da empresa e fortalecer seu diferencial competitivo.

A Eldorado Brasil, preocupada com a governança interna da utilização de sistemas de inteligência artificial, adotou uma solução de monitoramento para acompanhar o uso dessas tecnologias por parte de seus colaboradores, permitindo a ela o desenvolvimento de um programa multicanal de conscientização de forma mais assertiva, com treinamentos, comunicados e disseminação de boas práticas para fomentar o uso ético e responsável. O acompanhamento constante e próximo permite a Companhia avaliar a conduta dos seus colaboradores, gerando insumos para manter uma abordagem relevante do programa, bem como originando indicadores estratégicos para o sucesso deste trabalho. Com mecanismos de controle, a empresa garante transparência, conformidade com suas políticas e o fortalecimento de sua governança. Essas ações permitem que os colaboradores utilizem as ferramentas de IA para aumentar sua produtividade de maneira sustentável e sempre alinhada aos valores da Companhia.

A Companhia seguiu com o Projeto Compliance na Área, estruturado para levar conhecimento e informação sobre a conduta e comportamento esperados dos colaboradores da Eldorado mais afastados e com menos acesso à internet. Por meio de dinâmica interativa, os colaboradores discutiram sobre a importância de um ambiente de trabalho ético, justo e respeitoso para conseguir atingir os resultados esperados.

Além disso, a Eldorado Brasil foi representada no evento Siemens Integrity Initiative: Celebrating the Journey, evento realizado na sede das Nações Unidas na Cidade do México para celebrar os 15 anos de investimentos da Siemens para múltiplos projetos em ações coletivas facilitadas pelo Pacto Global. A Eldorado participou no painel Incentivizing Private Sector Integrity, em que foi discutida a importância de incentivos para o setor privado promover ações de integridade dentro e fora do âmbito das empresas. Foi possível reforçar, mais uma vez, as grandes realizações de impacto da Ação Coletiva Anticorrupção da Agroindústria, iniciativa brasileira facilitada pelo Pacto Global Rede Brasil, da qual a Eldorado faz parte como uma de suas fundadoras, reconhecida internacionalmente como referência em ações coletivas e promoção de ética, integridade e transparência em sua cadeia de valor.



Relacionamento com Auditores Independentes

A Eldorado informa que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras, foi contratada, no exercício de 2025, para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, no montante líquido de R\$ 1.671.660.

No mesmo exercício, os honorários dos auditores independentes somaram R\$ 1.984.359 líquidos de tributos, referente a serviços executados no Brasil, Estados Unidos e China, e na Áustria.

Adicionalmente, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda., para a prestação de serviços específicos relacionados à revisão no âmbito de operação de emissão de títulos de dívida, os quais não se relacionam com a auditoria das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a natureza e a extensão desses serviços à luz das normas aplicáveis de independência e concluiu que não houve comprometimento da objetividade e independência dos auditores independentes.

Considerações Finais

Os avanços da Eldorado em 2025 são resultado do esforço cotidiano dos mais de cinco mil colaboradores da Companhia que atuam no Brasil e em escritórios no exterior.

A Eldorado também agradece aos clientes, fornecedores e parceiros por contribuírem para que esses resultados notáveis pudessem ser alcançados. A Companhia continua com um forte compromisso em manter sua posição de destaque no mercado global, com suporte da sustentabilidade, inovação, competitividade e valorização das pessoas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eldorado Brasil Celulose S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eldorado Brasil Celulose S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos o assunto descrito a seguir como principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos (Nota explicativa nº 15)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o ativo biológico é mensurado ao valor justo determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa descontados. A mensuração desse ativo pelo seu valor justo, deduzido dos custos estimados de venda, envolve um grau significativo de julgamento em sua determinação e está fundamentada em premissas de negócio que incluem, entre outras, ao ciclo médio de formação de florestas por região, áreas plantadas, condições do ativo e taxas de descontos para cálculo do valor justo do ativo biológico. Devido à relevância e do julgamento significativo da Administração na determinação das estimativas utilizadas e no impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam trazer nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados, e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo do ativo biológico.
- Envolvimento dos nossos especialistas para avaliar as premissas adotadas na metodologia de cálculo e fluxo de caixa descontado preparados pela Companhia;
- Avaliação da integridade das informações utilizadas, assim como a precisão matemática dos cálculos do valor justo do ativo biológico;
- Efetuamos comparações com fontes externas para as premissas de preços de madeira em pé utilizados no cálculo, avaliação da documentação suporte por amostragem para as transações pertinentes, bem como avaliamos o comportamento histórico, tendências e dados utilizados para o cálculo;
- Avaliamos a competência e capacidade do especialista contratado pela administração para apoio na mensuração do valor justo;
- Revisão das divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP/013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rafael Schmidt', is written over the printed name.

Rafael Schmidt da Silva
Contador CRC 1 SP 258652/O-3



Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Notas	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.568.174	933.338	11.362.858	1.181.898
Contas a receber de clientes	10	649.260	1.382.719	478.281	1.561.627
Estoques	13	699.478	653.948	808.137	843.983
Tributos a recuperar	14	160.345	41.666	169.027	43.688
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	58.474	28.575
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	414.016	16.190	414.016	16.190
Adiantamentos a fornecedores	12	13.410	19.368	17.296	17.575
Outros ativos circulantes		35.847	23.613	37.784	24.624
Total do ativo circulante		12.540.530	3.070.842	13.345.873	3.718.160
Não Circulante					
Tributos a recuperar	14	15.403	15.355	15.403	15.670
Adiantamentos a fornecedores	12	706.709	553.899	706.710	553.899
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	95.406	41.813	95.406	41.813
Empréstimos para partes relacionadas	11.1	7.482.833	407.306	6.979.082	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	-	-	12.445	9.849
Outros ativos não circulantes		1.501	1.580	1.714	1.800
		8.301.852	1.019.953	7.810.760	623.031
Ativos biológicos	15	9.942.732	5.060.580	9.942.732	5.060.580
Investimentos	16.2	1.047.823	957.564	-	-
Imobilizado	17	5.644.290	5.055.079	5.959.189	5.384.341
Intangível	18	475.179	42.737	488.124	197.079
Direitos de uso	19.1	1.970.613	1.460.693	2.384.817	1.741.877
		19.080.637	12.576.653	18.774.862	12.383.877
Total do ativo não circulante		27.382.489	13.596.606	26.585.622	13.006.908
Total do ativo		39.923.019	16.667.448	39.931.495	16.725.068



Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	20	476.324	275.009	506.525	309.385
Empréstimos e financiamentos	22	3.290.461	575.948	3.305.959	575.948
Arrendamentos a pagar	19.2	201.419	165.463	267.297	228.451
Empréstimos com partes relacionadas	11.4	220.887	916	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais		300.603	280.113	313.938	291.851
Obrigações fiscais		29.934	20.051	36.444	15.422
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	72.243	-	72.288
Dividendos a pagar	25	-	274.487	-	274.487
Adiantamentos de clientes	21	295.552	-	295.552	-
Outros passivos circulantes		51.310	12.914	124.196	128.839
Total do passivo circulante		4.866.490	1.677.144	4.849.911	1.896.671
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	22	14.984.844	1.572.124	17.715.999	1.572.124
Empréstimos com partes relacionadas	11.4	2.751.200	241.500	-	-
Arrendamentos a pagar	19.2	1.987.110	1.510.522	2.032.196	1.590.103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	2.469.565	804.085	2.469.565	804.085
Provisão para riscos processuais	24	17.287	31.705	17.301	31.717
Instrumentos financeiros derivativos	8.4	200.880	-	200.880	-
Adiantamentos de clientes	21	4.990.560	-	4.990.560	-
Outros passivos não circulantes		7.391	9.842	7.391	9.842
Total do passivo não circulante		27.408.837	4.169.778	27.433.892	4.007.871
Total do passivo		32.275.327	5.846.922	32.283.803	5.904.542
Patrimônio líquido	26				
Capital social		1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792
Reservas de capital		1.138.626	-	1.138.626	-
Reservas de lucros		4.314.737	8.492.766	4.314.737	8.492.766
Ajustes de avaliação patrimonial		405.537	538.968	405.537	538.968
Total do patrimônio líquido		7.647.692	10.820.526	7.647.692	10.820.526
Total do passivo e patrimônio líquido		39.923.019	16.667.448	39.931.495	16.725.068



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	27	4.773.257	5.991.064	5.879.469	6.373.370
Custo dos produtos vendidos	29	(2.612.594)	(2.686.560)	(2.741.010)	(2.796.271)
Lucro bruto		2.160.663	3.304.504	3.138.459	3.577.099
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	29	(793.253)	(430.283)	(866.506)	(471.539)
Com vendas e logística	29	(371.988)	(320.497)	(670.020)	(636.665)
Valor justo do ativo biológico	15	4.576.652	44.051	4.576.652	44.051
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	563.219	(66.203)	-	-
Reversão de perdas de crédito esperadas	10.2	1.670	1.440	1.445	15.426
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	30	(185.266)	(26.479)	(186.190)	(27.269)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.951.697	2.506.533	5.993.840	2.501.103
Resultado financeiro líquido	31				
Receitas financeiras		750.337	76.183	763.820	101.218
Despesas financeiras		(1.162.701)	(313.111)	(1.188.506)	(300.456)
Instrumentos financeiros derivativos		754.174	(523.997)	754.174	(523.997)
Variação cambial, líquida		424.843	(210.829)	431.688	(220.107)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.718.350	1.534.779	6.755.016	1.557.761
Imposto de renda e contribuição social	23.1				
Corrente		(132.265)	(228.562)	(171.527)	(261.197)
Diferido		(2.034.298)	(210.709)	(2.031.702)	(201.056)
Lucro líquido do exercício		4.551.787	1.095.508	4.551.787	1.095.508
Lucro líquido por ação básico e diluído - em R\$	26.9.			2,9837	0,7181



	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.551.787	1.095.508
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Ajuste acumulado de conversão - nota 16.2	(105.712)	414.646
Atualização do <i>hedge</i> de fluxo de caixa - nota 8.4.4	(41.998)	(217.797)
IR/CS diferido sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa - nota 8.4.4	14.279	74.051
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(133.431)	270.900
Total do resultado abrangente do exercício	4.418.356	1.366.408



	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para expansão	Reserva de dividendos mínimos obrigatórios retidos	Retenção de lucros	Dividendos propostos	Hedge accounting	Ajustes acumulados de conversão		
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.788.792	-	357.758	1.008.576	1.039.340	238.037	5.588.558	-	113.700	154.368	-	10.289.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.095.508	1.095.508
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.746)	414.646	-	270.900
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.746)	414.646	1.095.508	1.366.408
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios 2023	-	-	-	-	-	-	(560.524)	-	-	-	-	(560.524)
Reversão de reservas	-	-	-	(2.438)	-	-	-	-	-	-	2.438	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.487)	(274.487)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	823.459	-	-	-	(823.459)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.788.792	-	357.758	1.006.138	1.039.340	238.037	5.851.493	-	(30.046)	569.014	-	10.820.526
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.551.787	4.551.787
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.719)	(105.712)	-	(133.431)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.719)	(105.712)	4.551.787	4.418.356
Constituição de reservas - nota 26.4.	-	-	-	8.962	-	-	-	-	-	-	(8.962)	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2024 - nota 25	-	-	-	-	-	-	274.487	-	-	-	-	274.487
Dividendos - nota 26.7.	-	-	-	-	(1.039.340)	(238.037)	(6.125.980)	-	-	-	-	(7.403.357)
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação reversa - nota 26.2.	-	1.138.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.138.626
Dividendos intercalares - nota 26.7.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.600.946)	(1.600.946)
Dividendos propostos - nota 26.7.	-	-	-	-	-	-	-	2.941.879	-	-	(2.941.879)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.788.792	1.138.626	357.758	1.015.100	-	-	-	2.941.879	(57.765)	463.302	-	7.647.692



Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	4.551.787	1.095.508	4.551.787	1.095.508
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e exaustão	29 e 30	861.898	771.307	958.896
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado e bens inservíveis	19 e 30	93.312	32.573	93.312
Valor justo do ativo biológico	15	(4.576.652)	(44.051)	(4.576.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	2.034.298	210.709	2.031.702
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	132.265	228.562	171.527
Encargos financeiros – juros e variação cambial		(111.254)	503.946	(11.629)
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	(563.219)	66.203	-
(Ganhos) perdas com derivativos	31	(754.174)	523.997	(754.174)
(Reversão) provisão para riscos processuais	24	(480)	14.564	(363)
Reversão de perdas de créditos de ICMS	30	(10.811)	(21.324)	(10.811)
Reversão de perdas estimadas no estoque	13	(3.577)	(184)	(3.577)
Reversão de perdas de crédito esperadas	10.2	(1.670)	(1.440)	(1.445)
		1.651.723	3.380.370	2.448.573
Diminuição / (aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes		616.594	(282.839)	842.129
Estoques		62.769	40.547	32.186
Tributos a recuperar		(10.124)	16.228	(32.668)
Adiantamentos a fornecedores		72.645	62.974	66.966
Outros ativos circulantes e não circulantes		(12.348)	17.899	(17.808)
		729.536	(145.191)	890.805
Aumento / (diminuição) em passivos				
Fornecedores		201.316	(75.484)	202.440
Obrigações trabalhistas e sociais		20.490	55.100	22.723
Obrigações fiscais		9.883	15.322	22.349
Pagamentos para riscos processuais	24	(13.938)	(25.064)	(14.053)
Outros passivos circulantes e não circulantes		35.666	(32.730)	7.996
		253.417	(62.856)	241.455
Caixa gerado nas atividades operacionais		2.634.676	3.172.323	3.580.833
Imposto de renda e contribuição social pagos		(302.301)	(112.289)	(360.879)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.332.375	3.060.034	3.219.954
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aumento em ativos biológicos	15 e 33	(611.157)	(509.817)	(611.157)
Adições no ativo imobilizado e intangível	17,18 e 33	(812.009)	(533.398)	(814.939)
Adiantamentos nas operações de ativo biológico	15,21 e 33	5.243.905	-	5.243.905
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado e biológico	30	35.575	34.326	35.575
Mútuo concedido a partes relacionadas	11.3	(45.000)	(88.000)	-
Dividendos recebidos	16.2	315.524	1.471.074	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		4.126.838	374.185	3.853.384
Empréstimos e financiamentos captados	22.5 e 33	23.186.783	465.822	25.860.233
Amortização de empréstimos e financiamentos – principal	22.5	(18.864.980)	(1.221.348)	(18.864.980)
Amortização de empréstimos e financiamentos – juros	22.5	(614.753)	(269.933)	(614.753)
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos		461.823	(446.442)	461.823
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas captados	11.4	2.670.250	-	-
Amortização de empréstimos com partes relacionadas – principal	11.4	(10.623)	(996.046)	-
Amortização de empréstimos com partes relacionadas – juros	11.4	(13.794)	(41.243)	-
Pagamento de contratos de arrendamentos	19.2	(431.725)	(347.527)	(488.500)
Pagamento de Dividendos	25	(3.207.358)	(560.524)	(3.207.358)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		3.175.623	(3.417.241)	3.146.465
Variação cambial no caixa		-	-	(38.843)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		9.634.836	16.978	10.180.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		933.338	916.360	1.181.898
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		10.568.174	933.338	11.362.858
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		9.634.836	16.978	10.180.960



		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Receitas:					
Receita de contrato com cliente	27	5.002.687	6.222.597	6.118.303	6.610.548
Transferências relativas à construção de ativos próprios		247.989	162.067	247.989	162.067
Reversão de perdas de crédito esperadas	10.2	1.670	1.440	1.445	15.426
Valor justo do ativo biológico	15	4.576.652	44.051	4.576.652	44.051
Outras receitas operacionais		27.493	5.948	29.209	6.109
		9.856.491	6.436.103	10.973.598	6.838.201
Insumos adquiridos de terceiros:					
Matéria-prima e consumíveis	29	(646.522)	(974.523)	(665.035)	(961.038)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.785.267)	(1.134.561)	(2.111.667)	(1.561.936)
Reversão de perdas de créditos de ICMS	30	10.811	21.324	10.811	21.324
Perda e recuperação de valores ativos	15	(160.817)	(49.853)	(160.817)	(49.853)
		(2.581.795)	(2.137.613)	(2.926.708)	(2.551.503)
Valor adicionado bruto					
Depreciação, amortização e exaustão	29 e 30	(861.898)	(771.307)	(958.896)	(782.427)
		6.412.798	3.527.183	7.087.994	3.504.271
Valor adicionado recebido em transferência:					
Equivalência patrimonial	16	563.219	(66.203)	-	-
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		2.110.712	348.652	2.172.633	357.303
Valor adicionado total a distribuir		9.086.729	3.809.632	9.260.627	3.861.574
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal:					
Remuneração direta		348.025	329.779	377.374	344.528
Benefícios		265.412	235.345	271.306	240.993
FGTS		28.334	25.779	28.334	25.779
		641.771	590.903	677.014	611.300
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		2.411.647	635.809	2.468.778	674.275
Estaduais		123.466	132.470	129.079	138.826
Municipais		-	-	6.015	4.112
		2.535.113	768.279	2.603.872	817.213
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e variação cambial		1.285.245	1.308.369	1.325.898	1.277.429
Aluguéis		56.214	45.552	58.799	47.959
Outras		16.599	1.021	43.257	12.165
		1.358.058	1.354.942	1.427.954	1.337.553
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	26.7.	1.600.946	-	1.600.946	-
Lucro retido do exercício	26.4 e 26.7	2.950.841	1.095.508	2.950.841	1.095.508
		4.551.787	1.095.508	4.551.787	1.095.508
Valor adicionado total distribuído		9.086.729	3.809.632	9.260.627	3.861.574



1. Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado"), em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto constituída sob as leis brasileiras, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a categoria B, com sede em São Paulo - SP, e controlada pela J&F S.A.

A Companhia tem como principal objeto social a produção, comercialização, importação e exportação de celulose, com unidade industrial na cidade de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul (MS). Atua também no cultivo de mudas e árvores, extração e comercialização de madeira em florestas plantadas, reflorestamento de terras próprias e de terceiros, e na produção de energia elétrica a partir do processamento de biomassa.

A comercialização da celulose no mercado internacional é feita por vendas diretas pela Eldorado e suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América e China.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2026.

1.1. Eventos societários

(a) Contrato de compra e venda de ações

Em 2 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A., atual J&F S.A., ("J&F") celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment").

As partes controvertiam sobre as razões da não realização da transferência do controle da Eldorado, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo sido iniciada disputa judicial e arbitral no segundo semestre de 2018.

Em 15 de maio de 2025, a J&F, acionista majoritária da Eldorado, adquiriu da Paper Excellence B.V, acionista minoritária, 100% do capital social da Prime Victory Company S.A. ("Prime Victory") que, por sua vez, detinha a participação acionária de 49,41% na Eldorado ("Operação"). Esta Operação pôs fim, de forma plena e definitiva, aos litígios existentes entre as acionistas, sobre a compra da Eldorado, no Brasil e no exterior. Em consequência, todos os processos judiciais e arbitrais relacionados às disputas, então em curso, foram imediatamente encerrados.

Em 04 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação, pela Eldorado, da Prime Victory ("Incorporação"), cujo capital social era, desde 15 de maio de 2025, integralmente detido pela J&F. A operação teve como objetivo simplificar a estrutura social da Eldorado, pelo que, após a Incorporação, a J&F passou a ser a única acionista direta da Companhia. A Incorporação teve eficácia imediata.

Considerando que os únicos ativos detidos pela Prime Victory eram ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Eldorado, além do ágio e da mais-valia de ativos atrelados a esse investimento, não houve alteração do capital social da Eldorado em virtude da Incorporação e tampouco emissão de novas ações. As ações de emissão da Eldorado antes detidas pela Prime Victory foram entregues diretamente à J&F, que passou a ser titular da totalidade do capital social da Eldorado.



O arranjo acionário da Companhia atual, portanto, é composto de 100% de participação acionária da J&F, única acionista da Eldorado.

(b) Incorporação reversa

A incorporação referida no item (a), anterior, resultou nos seguintes registros na Companhia:

	Nota	2025
Mais-valia	17	296.071
Ágio ⁽ⁱ⁾		1.435.339
Laudo de acervo líquido		1.731.410
(+) Ativo fiscal diferido sobre a mais-valia realizada pela Prime Victory até a data da incorporação	23.2	354.540
(-) Provisão da diferença entre o valor contábil e o benefício fiscal do ágio (CVM 78, art.10º I) ⁽ⁱ⁾		(947.324)
Total dos valores incorporados		1.138.626

⁽ⁱ⁾ O ágio gerado na incorporação, líquido da provisão referente à diferença entre o valor contábil e o benefício fiscal do ágio, foi registrado no ativo intangível - nota explicativa nº 18.

O reconhecimento dos créditos fiscais foi efetuado com base em avaliação da Administração, considerando as projeções de resultados tributáveis futuros que indicam a expectativa de realização integral do ativo no prazo legal.

(c) Cessão de Dívida Pública com Parte Relacionada

Em 12 de junho de 2025 a Companhia realizou a emissão de Notas Comerciais Escriturais Públicas no valor total de R\$ 13.000.000, distribuídas em duas séries, sendo a 1ª série, no valor de R\$ 3.000.001, com vencimento em julho de 2025, e 2ª série, no valor de R\$ 9.999.999, com vencimento em maio de 2026.

As Notas Comerciais Escriturais Públicas foram integralizadas, na mesma data, por instituição financeira, sendo R\$ 12.000.000 por meio da cessão de créditos de Notas Comerciais Privadas emitidas pela sua controladora J&F S.A, registradas à conta de créditos a receber de partes relacionadas, e R\$ 1.000.000 em caixa.

Em junho de 2025, a Companhia realizou a liquidação antecipada da totalidade da primeira série e de uma parcela de R\$ 6.549.999 da segunda série, totalizando pagamentos no valor de R\$ 9.550.000.

Em 31 de julho de 2025, a Companhia pagou a parcela remanescente de R\$ 3.450.000, liquidando integralmente as Notas Comerciais Escriturais, no montante total de R\$ 13.000.000. A liquidação foi viabilizada por meio de operações financeiras bilaterais, como Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), Pré-Pagamento de Exportação (PPE), Nota de Crédito à Exportação (NCE) e Cédula de Produto Rural (CPR), com o objetivo de otimizar o custo da dívida e alongar os prazos de vencimento.



2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade às normas do IFRS e CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, sendo consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 7.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos, tem seu valor ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento, por parte da Administração, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) Demonstração do Valor Adicionado. Como as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, ela está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.



3. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

		Participação acionária	
Subsidiárias diretas	País	2025	2024
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Brasil	100%	100%
Subsidiárias indiretas			
Eldorado USA, Inc.	Estados Unidos	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Asia	China	100%	100%

4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.1. Novas normas contábeis e interpretações efetivas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowance*) e Créditos de Descarbonização (CBIO):** Estabelece normas e critérios específicos para o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização, no âmbito das demonstrações contábeis.
- **Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1)/IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** As alterações visam definir o conceito de moeda conversível e orientar os procedimentos aplicáveis às moedas não conversíveis, estabelecendo que a avaliação da conversibilidade deve ser realizada na data de mensuração, com base no propósito da transação. Quando a moeda não for conversível, a entidade deverá estimar a taxa de câmbio que reflita adequadamente as condições de mercado. Na existência de múltiplas taxas, deverá ser utilizada aquela que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.
- **Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28 - Investimento em Coligada, e em Empreendimento Controlado, em Conjunto; e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** As alterações no Pronunciamento Técnico CPC 18 passaram a permitir a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, em convergência com as normas internacionais, não tendo resultado em impactos materiais em relação às práticas anteriormente adotadas, restringindo-se a ajustes de redação e à atualização de referências normativas. Adicionalmente, a ICPC 09 foi revisada com o objetivo de alinhar sua redação às atualizações normativas posteriores emitidas pelo CPC, sem impactos materiais nas demonstrações financeiras da companhia.

A adoção desses normativos não gerou impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia.



4.2. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas ou alterações	Data de vigência
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	1º de Janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	1º de Janeiro de 2026
Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais -Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	1º de Janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de Janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de Janeiro de 2027

Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos decorrentes dessas novas normas contábeis. No que se refere às alterações introduzidas pela IFRS 19, a Administração entende que a Companhia não deverá ser elegível à aplicação dos requisitos de divulgação reduzidos.

4.3. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi publicada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estruturada no modelo de IVA Dual, compreendendo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional.

Posteriormente, em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP nº 68/2024), regulamentando aspectos relevantes do novo regime tributário, inclusive o Imposto Seletivo (IS).

O período de transição para o novo sistema está previsto para ocorrer entre 2026 e 2032. Considerando o estágio atual de implementação, bem como a necessidade de regulamentações complementares, a Companhia entende que ainda não é possível estimar, com razoável segurança, os impactos quantitativos decorrentes da Reforma na apuração de seus tributos.

Dessa forma, não foram identificados efeitos mensuráveis nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

5. Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

• Valor justo dos ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como o preço estimado de venda da madeira, a produtividade, a qualidade, a taxa de desconto etc., e está categorizado, conforme hierarquia de valor justo descritos na nota 8.2, como valor justo de nível 3. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.



Os ativos biológicos também podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente no que tange a impactos físicos relacionados a eventos climáticos extremos e a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos.

A Administração da Companhia considerou, principalmente, os seguintes processos de avaliação:

- Tendências em relação ao ativo florestal, ao mercado de madeira, à cadeia de valor da indústria florestal, ao ambiente de negócios e ao mercado de terras;
- Projeção da abordagem de avaliação das potenciais estratégias de negócio para transação do ativo, dos métodos de avaliação e das premissas relacionadas ao ativo e à avaliação;
- Estimativa do valor de mercado do ativo com base nos resultados das atividades anteriores.

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, considerando os estudos e monitoramentos efetuados por meio de estações meteorológicas, a Companhia não considera que haverá um impacto material, no curto e médio prazos, em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados.

Outras informações relativas ao ativo biológico estão divulgadas na nota 15.

▪ **Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza o fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou por meio do resultado.

▪ **Perda (*impairment*) de ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia estabelece as premissas e seleciona os dados para o cálculo do *impairment* considerando o histórico de perdas, as condições atuais do mercado e as estimativas futuras ao final de cada exercício.

(i) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

- **Nota 14** – ICMS a recuperar: a homologação pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), da compensação de créditos de ICMS com débitos de mesma natureza, próprios e de terceiros, nos prazos previstos no plano de monetização;
- **Notas 17 e 18** – Valor recuperável dos ativos: evidências internas e externas que podem indicar a existência de perdas não recuperáveis.

6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional das subsidiárias no exterior é o dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais conforme as taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais de acordo com as taxas de câmbio apuradas nos respectivos períodos das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras (moeda funcional das controladas estrangeiras) geradas na conversão para a moeda de apresentação, o real, são reconhecidas em resultados abrangentes e acumuladas na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", no patrimônio líquido.

7. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, tendo a habilidade de afetar esses retornos. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data de início do controle até a data que o controle deixa de existir.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b. Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos seguintes abatimentos e descontos:

- Desconto comercial: valor normalmente deduzido de um preço base para chegar a um preço final de faturamento, que considera fatores como volume, custo logístico e prazo de pagamento;
- Performance rebate: desconto relacionado a uma meta de volume em um determinado período, acordado em contrato. O desconto é provisionado durante o período e pago após a confirmação do atingimento da meta.



A Companhia utiliza o modelo de cinco etapas para o reconhecimento da receita, o qual prevê: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação conforme obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para a receita de vendas de celulose, as obrigações de desempenho consideram os parâmetros previstos pelos (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*"), quando destinado ao mercado externo, e (ii) tempo de trânsito efetivo, quando destinado ao mercado interno.

A receita decorrente da venda de produtos biológicos – madeira em pé – é reconhecida quando (i) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia, (ii) o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável e (iii) as obrigações de desempenho assumidas no contrato com o cliente tiverem sido integralmente satisfeitas. O reconhecimento ocorre no momento da transferência do controle, posse e propriedade dos ativos ao cliente.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A classificação dos instrumentos financeiros por categoria é divulgada na nota 8.1.

(ii) Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os instrumentos são classificados e mensurados como: i) custo amortizado; ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e iii) valor justo por meio do resultado. Esses instrumentos não são reclassificados subsequentemente, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros. Nesse caso, todos instrumentos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

▪ Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros devem: i) ser mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja o recebimento de fluxos de caixa contratuais; e ii) possuir termos contratuais que geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados ao pagamento do valor principal e dos juros sobre o valor principal. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A receita e despesa de juros, ganhos, perdas cambiais, redução ao valor recuperável e desreconhecimento de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado.



▪ **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros devem: i) ser mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) possuir termos contratuais que geram, em datas específicas, fluxos de caixa relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A avaliação do valor justo é determinada da maneira descrita na nota 8.2. Hierarquia de valor justo.

▪ **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria de divulgação, os instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado e valor justo por meio de resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado desde que não façam parte de uma relação de *hedge* designada conforme determinado na nota 8.4.4. *Hedge accounting*.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

▪ **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza o *hedge* de fluxo de caixa, metodologia na qual a parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "*Hedge accounting*", em "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Em consonância com a norma de contabilidade CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia designou apenas o componente da variação cambial (elemento à vista) dos contratos de *swap* de moedas e juros para o *hedge accounting* de fluxo de caixa.



d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo e alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e sujeitos a risco insignificante de alteração de valor.

e. Contas a receber

Os recebíveis são registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, conforme o curso normal das operações da Companhia, sendo ajustados pela variação cambial quando denominados em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidos das perdas estimadas de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas usando uma matriz de provisão preparada com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia e suas subsidiárias, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio ponderado. O custo da madeira transferida de ativos biológicos é mensurado pelo valor justo, acrescido dos gastos com colheitas, frete e demais despesas necessárias para colocar a madeira em ponto de consumo. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo período, enquanto as perdas anormais, se houver, são reconhecidas na linha de custo dos produtos vendidos, sem transitar pelos estoques.

A Companhia reconhece a perda estimada para redução dos estoques ao valor realizável líquido quando este for menor que o custo. Perdas sobre itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registradas quando necessário. O valor realizável líquido dos estoques de celulose é a quantia líquida que a Companhia espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, caso existam, das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são depreciados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os gastos de manutenção da parada geral são capitalizados e depreciados pelo período de tempo entre a data da parada realizada e a data estimada da próxima parada.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada com base no valor do ativo, líquido do seu valor residual, pelo método linear ao longo da vida útil estimada do ativo, com base nas seguintes taxas:



Taxas ponderadas anuais	
Equipamentos de informática	20,8%
Veículos e embarcações	21,9%
Máquinas e equipamentos	12,0%
Prédios e instalações	5,9%
Mais-valias	5,9%
Outros	11,3%

A depreciação relacionada aos ativos industriais e florestais integram, respectivamente, o custo de produção e o custo dos ativos biológicos. As terras e terrenos não são depreciados e os demais ativos imobilizados têm suas depreciações geralmente reconhecidas no resultado.

Não faz parte da estratégia de negócio da Companhia a venda de ativos imobilizados, os quais são completamente depreciados e apresentam valor residual não significativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente em cada data de reporte, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(iii) Redução ao valor recuperável

Anualmente, a Companhia avalia os seus ativos visando identificar se houve alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e, se for o caso, estimar o valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por *impairment* é reconhecida, no resultado, se o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável.

h. Ativos biológicos

Os ativos biológicos consistem em florestas renováveis de eucalipto utilizadas na produção de celulose e são mensurados ao valor justo líquido das despesas de venda. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida em relação à quantidade projetada da produção total de madeira e avaliada pelo valor justo do ativo biológico que está sendo colhido.

Os critérios e premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 15. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos, classificada na hierarquia do valor justo como no nível 3, é feita semestralmente, intervalo considerado suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado nas demonstrações contábeis da Companhia.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do período em que ocorre, em rubrica própria.

i. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis têm vida útil definida e são mensurados pelo custo deduzido da amortização acumulada e pelas eventuais perdas por *impairment*.



O ágio gerado na incorporação, líquido da provisão constituída para ajustá-lo ao valor do benefício fiscal correspondente, foi reconhecido como ativo intangível e é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

A realização contábil do ágio ocorre por meio de amortização sistemática, em conformidade com o artigo 10º, inciso I, da Instrução CVM nº 78, ao longo de sua vida útil estimada, considerando a natureza do ativo e o período em que se espera obter benefícios econômicos.

A mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária representa a diferença entre valor contábil e o valor justo apurado na data de aquisição do direito de uso pela Companhia.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado, sendo calculada com base no valor do ativo, líquido do seu valor residual, pelo método linear ao longo da vida útil estimada do ativo, com base nas seguintes taxas:

	Taxas ponderadas anuais
<i>Software</i> de informática	23,0%
Ágio fiscal decorrente de incorporação societária	20,0%
Mais valia pelo direito de uso concessão portuária	3,9%

j. Provisões

As provisões representam o valor presente dos gastos necessários à liquidação de uma obrigação, líquidos dos efeitos tributários, e são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Obrigações de natureza similar são agrupadas e a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração o conjunto das obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual do conjunto seja pequena. O valor presente é calculado por taxa de desconto que reflita o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do conjunto das obrigações. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k. Imposto de renda e contribuição social

Para a Eldorado e as controladas no Brasil, o imposto de renda corrente e diferido é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder o montante de R\$ 240 mil anuais, e considera a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores, limitado a 30% do lucro tributável.

A contribuição social corrente e diferida é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base de contribuição social, que não difere significativamente do lucro tributável, e considera a compensação de bases negativas de exercícios anteriores, limitada a 30% da base de contribuição social anual.

Para as controladas no exterior, o imposto corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes nos países em que as controladas atuam e geram lucro tributável.

A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, no resultado. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente neste grupo.



(i) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, as quais são caracterizadas pela diferença entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases tributárias correspondentes.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias quando forem revertidos, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária são compensados quando há um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referirem à mesma entidade legal.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando é provável que exista lucros tributáveis disponíveis contra os quais possam ser utilizados, sendo revisados anualmente, na data do balanço, e reduzidos quando não é mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

(ii) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A incerteza deve ser refletida na mensuração com base na abordagem que melhor estima a sua resolução, considerando (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado. A interpretação técnica não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações contábeis.

A Administração não identificou impactos decorrentes da implementação dessa interpretação técnica.

(iii) Aplicação das regras fiscais do modelo Pilar II da OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por 38 países membros que trabalham juntos para estabelecer padrões internacionais e desenvolver soluções para vários desafios sociais, econômicos e ambientais. Essas soluções vão desde a melhoria do desempenho econômico e a criação de empregos até a promoção de uma educação de qualidade e o combate à evasão fiscal internacional.

No que diz respeito à luta contra a evasão fiscal, o projeto Base *Erosion and Profit Shifting* (*BEPS*) foi lançado em 2013 como uma colaboração entre o G20 (um grupo das 20 maiores economias mundiais) e a OCDE. O projeto visa implementar 15 medidas para combater a evasão fiscal, aumentar a consistência das regras fiscais internacionais e garantir um ambiente fiscal global mais transparente. Ele busca impedir o uso indevido de regulamentações tributárias que resultam na erosão da base tributária, particularmente por meio da transferência de lucros para jurisdições com tributação mais favorável ou isenta.

O Pilar II faz parte de uma das iniciativas mais recentes da OCDE, conhecida como BEPS 2.0, que visa abordar os desafios tributários decorrentes da evolução dos modelos de negócios em uma economia globalizada. O objetivo do Pilar II é estabelecer um sistema tributário mínimo global para empresas multinacionais ("MNEs") com receita consolidada anual superior a 750 milhões de euros. Essa tributação adicional visa equilibrar a alocação global dos impostos sobre o rendimento das empresas e garantir que os grupos multinacionais paguem uma alíquota efetiva mínima de 15% por jurisdição onde operam.



A partir do ano-calendário de 2024, as regras do Pilar II entraram em vigor em várias jurisdições, afetando as empresas multinacionais que operam nesses mercados. No entanto, durante os primeiros três anos de implementação, foram introduzidas regras transitórias (*Safe Harbor*) para simplificar o cálculo da alíquota efetiva por jurisdição, facilitando a adaptação dos grupos multinacionais aos novos requisitos.

Como o Grupo está dentro do escopo dessas regras e opera em várias jurisdições onde o imposto mínimo global é efetivo, incluindo Austrália, Canadá, França, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Reino Unido, a Empresa realizou procedimentos de avaliação para analisar os impactos potenciais decorrentes dessas regulamentações. Com base nas análises realizadas até o momento, nenhuma exposição fiscal relevante foi identificada como resultado da aplicação desse imposto.

Adicionalmente, a Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional — Regras Modelo do Pilar II (Alterações à IAS 12) quando de sua emissão em 23 de maio de 2023. As alterações estabelecem uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento/contabilização de tributos diferidos em relação aos impactos do tributo complementar ("*top-up tax*"), com vigência imediata, e requerem novas divulgações acerca da exposição ao Pilar II. A Companhia aplicou a isenção temporária obrigatória da contabilidade de impostos diferidos para os impactos do imposto complementar e irá contabilizá-lo como imposto corrente, caso seja incorrido.

I. Arrendamentos

(i) Direito de uso do ativo de arrendamentos

A Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos para os contratos de arrendamento com ativos identificáveis, cujo uso, benefícios econômicos e demais aspectos previstos no pronunciamento são exclusivos da Companhia, independentemente da forma jurídica do contrato.

No início do contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, que representa seu direito de usar o ativo subjacente arrendado durante todo o prazo do arrendamento, e um passivo de arrendamento, que representa sua obrigação de efetuar os pagamentos de arrendamento. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há um ativo identificável.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo equivalente ao passivo de arrendamento reconhecido, acrescido de quaisquer custos diretos iniciais. A depreciação é calculada subsequentemente pelo método linear e período de vigência do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento com vigência inferior a 12 (doze) meses e os com ativo identificável com valor de mercado inferior a R\$ 20.000 (vinte mil reais) não foram enquadrados na adoção ao pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

(ii) Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a pagar durante o prazo de arrendamento, acrescido de outras obrigações contratuais previstas no contrato.

O valor presente é calculado com base na taxa incremental de empréstimos (taxa de desconto) da Companhia, a qual se situa entre 10,31% e 13,33%, conforme o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente é apropriado mensalmente como juros financeiros, na linha em que compete sua natureza. Foi considerado prazo de arrendamento estendido para os contratos com cláusula de renovação automática.



m. Informação por segmento

A celulose é o único segmento reportável da Companhia. As receitas advindas da comercialização de energia elétrica não atingiram os limites quantitativos requerido pelo IFRS/CPC para divulgação de segmentos reportáveis, uma vez que não representaram, individual ou conjuntamente, 10% ou mais da receita total, do resultado operacional ou dos ativos consolidados da Companhia. Dessa forma, a Administração concluiu que esse segmento não deveria ser reportado de forma separada.

n. Subvenções governamentais

A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais recebidas por meio de créditos outorgados de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos pelo governo do Mato Grosso do Sul. Os incentivos foram concedidos como contrapartida aos investimentos realizados na construção da unidade industrial no município de Três Lagoas, formação de ativos biológicos e geração de empregos diretos e indiretos. Os créditos outorgados são apresentados na demonstração de resultados da Companhia, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

o. Concessão portuária

A Companhia detém, através da sua subsidiária Eldorado Brasil Celulose Logística L ("EBLOG"), concessão de operação de terminal portuária, com início das operações de 1 de julho de 2023 e termino previsto para 5 de novembro de 2049, com abrangência da operação no Porto de Santos – SP. Os ativos imobilizados são reconhecidos de acordo com o CPC 27/IAS – Ativo Imobilizado, e as obrigações assumidas com o poder concedente e o direito de exploração são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, ambos não estando no alcance do ICPC 01(R1)/IFRS 12 – Contratos de concessão, considerando que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço portuário e não há controle substantivo sobre o preço.

p. Adiantamentos de clientes

Os valores recebidos antecipadamente de clientes são registrados no passivo como adiantamentos de clientes até a transferência do controle dos bens, quando a receita é reconhecida, conforme o CPC 47 / IFRS 15. Quando o prazo entre o recebimento do pagamento e a entrega dos bens é relevante, a Companhia avalia a existência de componente de financiamento significativo e, quando aplicável, mensura a contraprestação ao valor presente, reconhecendo o efeito financeiro ao longo do período até a entrega, de forma que a receita reflita o preço de venda à vista. Não é reconhecido componente de financiamento significativo nos contratos em que o pagamento é antecipado e a data de entrega é determinada a critério do cliente.

8. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros e de mercado que podem impactar sua performance e posição patrimonial.

A gestão de riscos é feita pelo departamento financeiro, em consonância com a política de gestão de riscos financeiros e mercado, que tem por objetivo o estabelecimento das diretrizes e melhores práticas em relação à captação de recursos, câmbio, taxa de juros e riscos relacionados. A política foi atualizada e aprovada pelo Conselho de Administração em 5 de maio de 2025.

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, sendo que, para fins de tomada de decisão, toda a exposição é monitorada e analisada em conjunto com variáveis macroeconômicas.



8.1. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado	
	2025	2024
Custo Amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	11.362.858	1.181.898
Contas a receber de clientes	478.281	1.561.627
Empréstimos para partes relacionadas	6.979.082	-
Outros ativos ⁽¹⁾	22.246	26.424
Custo amortizado - Ativos	18.842.467	2.769.949
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
Instrumentos financeiros derivativos	87.523	58.003
Valor justo por meio do resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos	421.899	-
Ativo	19.351.889	2.827.952
Custo Amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	21.021.958	2.148.072
Fornecedores	506.525	309.385
Arrendamentos a pagar	2.299.493	1.818.554
Outros passivos ⁽¹⁾	86.543	138.681
Custo amortizado - Passivos	23.914.519	4.414.692
Valor justo por meio do resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos	200.880	-
Passivo	24.115.399	4.414.692

(1). Estão sendo considerados somente itens classificados como instrumentos financeiros.

8.2. Hierarquia de valor justo

Os ativos e passivos mensurados pelo valor justo no balanço são calculados com base em técnicas de avaliação determinadas a partir de informações (*inputs*) classificados nos seguintes níveis de hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, que incluem preços cotados para ativos e passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos e passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, ou outras informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um dado observável, na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros e derivativos da Companhia estão classificados no Nível 2. As respectivas técnicas de avaliação e os principais inputs utilizados na mensuração estão divulgados na Nota Explicativa nº 8.4.

As transações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros derivativos são os mesmos dos valores contábeis. Para os demais instrumentos financeiros, os valores contábeis representam uma aproximação razoável dos respectivos valores justos.



8.3. Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros:

- a. Risco de mercado;
 - (i) Risco de taxas de juros;
 - (ii) Risco de taxas de câmbio;
 - (iii) Risco de preço;
- b. Risco de crédito;
- c. Risco de liquidez.

a. Risco de mercado

i. Risco de taxa de juros

A Companhia adota a análise de sensibilidade à variação de taxa de juros como ferramenta para mensurar os impactos potenciais que as alterações nas taxas de juros podem ocasionar sobre seus resultados financeiros e sua posição patrimonial. Com base nessa metodologia, foram considerados três cenários distintos:

- Cenário provável, definido com base em premissas de taxas de juros futuras para um período de 12 meses, conforme informações disponíveis no mercado – Focus, *Bloomberg* e BM&F;
- Cenário possível, com variação negativa de 25% em relação ao cenário provável;
- Cenário possível, com variação positiva de 25% em relação ao cenário provável.

Esses cenários visam evidenciar a exposição da Companhia às oscilações de taxa de juros e contribuir para a gestão eficiente dos riscos financeiros, e estão apresentados a seguir:

Modalidade	Indexador	Taxa	2025	Efeitos possíveis e provável no resultado		
				Cenário possível -25%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 25%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	14,90%	7.894.703	719.207	959.206	1.199.205
Empréstimos para partes relacionadas	CDI	14,90%	6.979.082	635.794	847.958	1.060.123
Outros ativos não circulantes	TR	1,97%	1.714	26	35	44
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,26%	(3.088.739)	(94.207)	(125.403)	(156.908)
Empréstimos e financiamentos	SOFR	3,87%	(2.403.669)	(58.169)	(77.398)	(96.868)
Empréstimos e financiamentos	CDI	14,90%	(1.869.494)	(170.311)	(227.144)	(283.976)
Arrendamentos a pagar	IPCA	4,26%	(2.299.492)	(70.135)	(93.359)	(116.814)
Exposição líquida			5.214.105	962.205	1.283.895	1.604.806

(*) Certificado de Depósito Interbancário - **CDI**, Taxa padrão de referência utilizada para operações financeiras - **TR**, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, *Secured Overnight Financing Rate* – **SOFR**.

(¹). O cenário provável foi calculado com base nas seguintes cotações de para os riscos: CDI – 12,15% / TR – 2,05% / IPCA – 4,06% / SOFR – 3,22%. Fonte: Focus, *Bloomberg* e BM&F.



O montante de R\$ 3.468.155 de caixa e equivalentes de caixa, expostos em moedas estrangeiras, e R\$ 13.660.056 dos empréstimos e financiamentos, estão atrelados a taxas pré-fixadas e não apresentam cenário futuro de oscilações.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de câmbio decorrente de operações ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira. Esse risco pode afetar adversamente seus resultados financeiros e sua posição patrimonial, tanto em função da conversão cambial de ativos e passivos, quanto da realização de receitas e despesas atreladas às moedas estrangeiras.

Em consonância com a política de gestão de riscos, a análise de sensibilidade ao risco cambial é elaborada em nível consolidado, considerando que a moeda funcional é o real. Dessa forma, a análise contempla a totalidade dos saldos expostos à variação cambial, inclusive aqueles mantidos por entidades cuja moeda funcional é distinta do real.

Com o objetivo de mensurar e gerenciar essa exposição, a Companhia realiza uma análise de sensibilidade à variação cambial, considerando três cenários distintos:

- Cenário provável, baseado em premissas de taxas de câmbio futuras para um período de 12 meses, conforme projeções e informações de mercado – Focus, Bloomberg e BM&F;
- Cenário possível com variação negativa de 10% em relação ao cenário provável;
- Cenário possível com variação positiva de 10% em relação ao cenário provável.

Esses cenários possibilitam à Companhia a avaliação dos impactos potenciais que variações cambiais podem ocasionar sobre seus fluxos de caixa futuros, resultado do exercício e valor contábil de seus instrumentos financeiros, subsidiando sua estratégia de gestão de riscos.

Neste contexto, foram calculados, no quadro abaixo, a estimativa dos eventuais impactos no resultado financeiro:

Exposição	Moeda	Taxa de câmbio	R\$	2025	Efeitos possíveis e provável no resultado		
				Montante moeda estrangeira	Cenário possível -10%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 10%
Caixa e equivalentes de caixa	USD	5,50	3.455.505	628.274	(345.551)	-	345.551
Caixa e equivalentes de caixa	EUR	6,47	6.792	1.050	(693)	136	693
Caixa e equivalentes de caixa	CNY	0,79	5.858	7.415	(593)	-	593
Contas a receber de clientes	USD	5,50	361.935	65.806	(36.193)	-	36.193
Contas a receber de clientes	EUR	6,47	6.532	1.010	(667)	131	667
Fornecedores	USD	5,50	(20.704)	(3.764)	2.070	-	(2.070)
Fornecedores	EUR	6,47	(2.483)	(384)	253	(50)	(253)
Fornecedores	GBP	7,41	(28)	(4)	3	-	(3)
Empréstimos e financiamentos	USD	5,50	(14.995.664)	(2.726.484)	1.499.566	-	(1.499.566)
Empréstimos e financiamentos	CNY	0,79	(91.632)	(115.990)	9.279	-	(9.279)
Empréstimos a receber	USD	5,50	6.979.082	1.268.924	(697.908)	-	697.908
Exposição líquida			(4.294.807)		429.566	217	(429.566)

(¹). O cenário provável foi calculado com base nas seguintes cotações de para os riscos: USD – 5,50 / EUR – 6,60 / CNY – 0,79 / GBP – 7,48. Fonte: Focus, Bloomberg e BM&F.



iii. Risco de preço

A Companhia está exposta às variações nos preços internacionais da celulose, os quais são influenciados por diversos fatores, incluindo a dinâmica de oferta e demanda globais, condições macroeconômicas e variações cambiais. Além disso, a Companhia também está sujeita a alterações nos custos de insumos estratégicos, especialmente o custo logístico, que é fortemente influenciado pelos preços internacionais do petróleo os quais impactam diretamente os custos de transporte.

As flutuações nesses preços podem afetar diretamente os resultados operacionais da Companhia. Como forma de monitorar e mitigar estes impactos são adotadas, entre outras, as seguintes estratégias:

- **Monitoramento de Preços:** A Companhia mantém uma equipe especializada dedicada ao monitoramento constante do mercado de celulose de fibra curta, acompanhando indicadores globais de oferta e demanda, variações cambiais e tendências macroeconômicas.
- **Gestão de Custos Logísticos:** A Companhia adota estratégias comerciais que incluem a negociação periódica de contratos logísticos, a diversificação de parceiros de transporte e a otimização de rotas e modais, buscando ganhos de eficiência e previsibilidade nos custos.

b. Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros ⁽¹⁾ representa a exposição máxima ao risco de crédito e apresenta a seguinte posição no final do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	11.362.759	1.181.826
Contas a receber de clientes	478.281	1.561.627
Instrumentos financeiros derivativos	509.422	58.003
Total	12.350.462	2.801.456

(1). Exceto pelos valores relacionados a disponibilidade, empréstimos para partes relacionadas e outros ativos que, na avaliação da Companhia, não apresentam risco de crédito.

O risco de crédito relacionado a clientes, exceto pelos recebíveis para partes relacionadas, para os quais não se identificam riscos de realização, é administrado de forma centralizada pela Eldorado, em conformidade com os procedimentos de controle estabelecidos pela Companhia, e está alinhado à sua política de gestão de risco de crédito e cobrança. Os limites de crédito são previamente definidos com base em critérios internos de classificação, aplicáveis a todos os clientes. Os títulos em aberto são monitorados com frequência e, sempre que necessário, é reconhecida uma perda de crédito esperada em cada exercício de fechamento.

A Companhia possui apólice de seguro parcial para os recebíveis nos mercados interno e externo.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir as obrigações financeiras à medida que estas se tornam exigíveis. O quadro a seguir apresenta os valores dos passivos financeiros da Companhia, classificados de acordo com os vencimentos contratuais. Estes montantes representam os valores brutos, não descontados, acrescidos de juros e variação cambial, e, portanto, não são diretamente reconciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial.



	Consolidado			
	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 3 anos
	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Empréstimos e Financiamentos	4.568.971	5.561.923	7.290.851	11.737.877
Arrendamentos a pagar	513.956	417.429	381.002	3.167.287
Fornecedores	506.525	-	-	-
Outros passivos	124.195	7.392	-	-
Total	5.713.647	5.986.744	7.671.853	14.905.164
				34.277.408

8.4. Instrumentos financeiros derivativos

8.4.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Controladora e Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
Tipo do derivativo	Moeda	2025	2024	2025	2024
Hedge de dívida - taxas de juros:					
Ativos:					
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$) (i)	R\$	3.000.000	500.000	3.446.364	595.163
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$) (ii)	R\$	1.848.660	-	1.943.846	-
Swap PRE para <i>Fixed</i> (US\$) (iii)	R\$	1.000.000	-	1.058.533	-
		5.848.660	500.000	6.448.743	595.163
Passivos:					
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	(553.643)	88.221	(3.148.248)	(537.160)
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	(333.824)	-	(1.916.170)	-
Swap PRE para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	(188.455)	-	(1.075.783)	-
		(1.075.922)	88.221	(6.140.201)	(537.160)
				308.542	58.003
Ativo circulante				414.016	16.190
Ativo não circulante				95.406	41.813
Passivo não circulante				(200.880)	-
				308.542	58.003

As operações de swap abaixo apresentadas têm como objetivo alterar o indexador de dívidas denominadas em Reais para Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$"), alinhando-se à exposição natural dos recebíveis em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$") da Companhia:

- (i) *Swap* IPCA x *Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa pré-fixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$").
- (ii) *Swap* CDI x *Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pré-fixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$").
- (iii) *Swap* PRE x *Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando variação da taxa pré-fixada em Reais do Brasil por taxa pré-fixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$").



8.4.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Consolidado	
	2025	2024
2025	-	16.190
2026	414.016	23.099
2027	253.550	18.714
2028	(195.602)	-
2029	72.587	-
2030 - 2040	(236.009)	-
	308.542	58.003

8.4.3. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota as análises de sensibilidade como ferramenta para mensurar os impactos que a volatilidade do câmbio e juros podem ocasionar sobre os instrumentos derivativos, considerando cenários prováveis e possíveis. Com base nessa metodologia, foram considerados três cenários distintos:

- Cenário provável, definido com base em premissas de taxas futuras de câmbio e juros para um período de 12 meses, conforme informações disponíveis no mercado – Focus, *Bloomberg* e BM&F;
- Cenário possível, com variação negativa de 25% para juros e 10% para câmbio em relação ao cenário provável;
- Cenário possível, com variação positiva de 25% para juros e 10% para câmbio em relação ao cenário provável.

Esses cenários visam evidenciar a exposição da Companhia às oscilações de taxa de juros e câmbio contribuir para a gestão eficiente dos riscos financeiros, e estão apresentados a seguir:

Tipo do Derivativo					Efeitos possíveis e provável dos instrumentos derivativos		
Hedge de Dívida - taxas de juros	Notional	Taxa de câmbio	Valor justo	Montante moeda estrangeira	2025		
					Cenário possível	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível
Posição Ativa:	R\$				-25%		+25%
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	3.000.000	-	3.446.364	-	105.114	139.922	175.075
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	1.848.660	-	1.943.846	-	177.084	236.177	295.270
Swap PRE para <i>Fixed</i> (US\$) ⁽²⁾	1.000.000	-	1.058.533	-	-	-	-
Posição Passiva:	USD				-10%		+10%
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	(553.643)	5,50	(3.148.248)	(572.409)	314.825	-	(314.825)
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	(333.824)	5,50	(1.916.170)	(348.395)	191.617	-	(191.617)
Swap PRE para <i>Fixed</i> (US\$)	(188.455)	5,50	(1.075.783)	(195.597)	107.578	-	(107.578)
Resultado do swap			308.542		896.218	376.099	(143.675)

(1). O cenário provável foi calculado com base nas seguintes cotações de para os riscos: USD – 5,50 e IPCA – 4,06%/ CDI – 12,15% %. Fonte: Focus, *Bloomberg* e BM&F.

(2) Estes valores estão atrelados a taxa pré-fixadas e não apresentam um cenário futuro de oscilações.



8.4.4. Hedge accounting

a. Objetivo e estratégia da gestão de risco

As receitas futuras provenientes das exportações de celulose expõem a Companhia ao risco de flutuação da paridade cambial entre o real (BRL) e o dólar norte-americano (USD). A política de gestão de riscos financeiros e mercado permite a estruturação do *hedge accounting* com objetivo de mensurar e reconhecer os resultados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – instrumentos de *hedge*, no mesmo exercício contábil em que são reconhecidas as receitas das exportações – objeto de *hedge*, de forma a reduzir a volatilidade nos resultados da Companhia.

A Companhia designa o componente da variação cambial dos swaps de moedas e juros para o *hedge accounting* de fluxo de caixa.

b. Relação do *hedge* e natureza do risco protegido

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa, conforme definido no CPC 48 e IFRS 9, tendo como natureza do risco protegido a variação cambial das receitas previstas em dólar norte-americano, as quais se relacionam a porção cambial dos contratos de *swap* que trocam a variação das taxas Pré, DI e IPCA, em reais (BRL), por taxa prefixada em dólar norte-americano (USD), alinhando exposição natural dos recebíveis em dólar da Companhia.

c. Identificação do instrumento de *hedge*

O instrumento de *hedge* é o valor principal da dívida em reais convertidos em moedas estrangeiras pelos *swaps*, fixadas em dólar norte-americano, com as seguintes características:

Tipo	Consolidado	
	Swap	Swap
Data de início contrato	22/12/2021	26/09/2025
Data de vencimento	13/09/2027	15/09/2032 - 17/09/2040
Montante designado em USD	88.221	653.877
Paridade média USD x BRL	5,6676	5,3527
Data início do <i>hedge</i>	22/12/2021	26/09/2025

d. Efetividade da relação de *hedge*

A Companhia avalia a efetividade da sua estratégia de *hedge* comparando as alterações do valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações do valor justo do objeto protegido, em relação ao risco coberto. Caso a relação de *hedge* não se demonstre efetiva, dentro dos limites estabelecidos em relação à proteção desejada, a parcela inefetiva dos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos é reclassificada para a demonstração do resultado sob a rubrica de "Resultado financeiro líquido". No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os testes de eficácia demonstraram a efetividade do *hedge* implementado.



e. Contabilização

A movimentação do *Hedge accounting* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

	Efeito no Patrimônio Líquido (Hedge accounting)		
	2024	Movimento líquido do exercício	2025
Tipo do derivativo			
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	(45.525)	(32.052)	(77.577)
Swap PRE para <i>Fixed</i> (US\$)	-	(9.946)	(9.946)
	(45.525)	(41.998)	(87.523)
IR/CS diferido	15.479	14.279	29.758
Atualização líquida do hedge do fluxo de caixa	(30.046)	(27.719)	(57.765)

8.5. Gestão de capital

O gerenciamento de capital é conduzido de forma consolidada, através de processo contínuo e prospectivo de planejamento e monitoramento das necessidades de capital, em consonância com os objetivos estratégicos da Companhia. Neste contexto, são estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital necessário à cobertura dos riscos financeiros e operacionais.

A Companhia monitora constantemente o índice consolidado de alavancagem financeira, correspondente à Dívida Líquida dividida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, ajustado (LAJIDA ajustado), equivalente ao termo em inglês *EBITDA*⁽²⁾ ajustado.

(i) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia possui contratos de financiamento, que contam com as seguintes obrigações de cumprimento:

Índice	Modalidade	Emissão	Parâmetro	Limite
Alavancagem (R\$)	CRA	set/21	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x
Alavancagem (US\$)	CRA	set/25	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x
Alavancagem (US\$)	FINEM	dez/25	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x
Alavancagem (US\$)	DEBÊNTURES	out/25	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x
Alavancagem (US\$)	BOND	dez/25	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x
Alavancagem (US\$)	DEBÊNTURES	dez/25	Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado ⁽²⁾	Até 4.75x

A alavancagem é mensurada por meio do índice da Dívida Líquida sobre o *EBITDA* ajustado (dos últimos 12 meses), com apuração a cada data base.

⁽¹⁾ Dívida líquida é o saldo dos empréstimos e financiamentos subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, na data de medição do *covenant*.

⁽²⁾ “*EBITDA* ajustado” significa, de forma consolidada: (a) receita líquida de vendas e serviços; menos (b) custo das mercadorias vendidas e serviços prestados; menos (c) despesas administrativas e comerciais; mais (d) outras receitas operacionais, receitas líquidas e não operacionais, líquidas; mais (e) qualquer (i) depreciação, exaustão ou amortização e (ii) perdas ou despesas sem qualquer efeito no caixa da Emitente e suas controladas, e despesas não recorrentes no curso normal dos negócios, incluído em qualquer um dos itens anteriores.



Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu integralmente às cláusulas contratuais restritivas de *covenants*, avaliadas trimestralmente.

9. Caixa e equivalentes de caixa

9.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades	91	67	99	72
Bancos – depósitos à vista (i)	2.689.115	37.072	3.478.591	266.538
Bancos – aplicações financeiras (i)(ii)(iii)	7.878.968	896.199	7.884.168	915.288
	10.568.174	933.338	11.362.858	1.181.898

(i) A Companhia mantém suas operações e disponibilidades financeiras distribuídas em instituições financeiras com risco de crédito compatível com suas práticas e política de gestão de riscos, conforme classificação de *ratings* apresentada na nota explicativa nº 9.2.

(ii) As aplicações financeiras são de liquidez diária, alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), cujo rendimento está atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), quando denominadas em moeda nacional. As aplicações em moeda estrangeira, por sua vez, estão vinculadas a taxas de rendimento pré-fixadas.

(iii) Do total das aplicações financeiras do exercício, na controladora e no consolidado, o montante de R\$ 901.003 refere-se a transações para partes relacionadas (nota explicativa nº 11.1).

9.2. Classificação de risco

Os saldos dos depósitos à vista e das aplicações financeiras, distribuídos pelo *rating*⁽¹⁾ de risco de crédito das instituições financeiras com as quais a Companhia mantém relacionamento, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
AAA	-	-	2.075	1.909
A+	2.674.780	370.479	3.426.354	602.728
A	1.805	-	33.736	-
A-	-	-	1.678	-
BB+	6.488.241	562.789	6.495.659	577.187
BB	502.254	2	502.254	1
B+	901.003	-	901.003	-
B-	-	1	-	1
	10.568.083	933.271	11.362.759	1.181.826

⁽¹⁾ Classificação concedida pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, em escala global.



10. Contas a receber de clientes

10.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes:				
Mercado nacional	108.362	195.944	112.242	198.886
Mercado externo	24.182	98.232	368.467	1.366.725
Partes relacionadas - nota 11.1	517.046	1.090.543	-	-
	649.590	1.384.719	480.709	1.565.611
Perdas de crédito esperadas	(330)	(2.000)	(2.428)	(3.984)
	649.260	1.382.719	478.281	1.561.627
Saldos por vencimento:				
A vencer	635.682	1.357.503	455.073	1.324.841
Vencido entre 1 e 30 dias	10.654	22.935	15.051	227.395
Vencido entre 31 e 60 dias	2.924	2.281	3.603	3.887
Vencido entre 61 e 90 dias	-	-	17	719
Acima de 90 dias	-	-	4.537	4.785
	649.260	1.382.719	478.281	1.561.627

Em 2025, a Companhia realizou cessões de créditos de determinados clientes a instituições financeiras, no montante de R\$ 507.983, os quais foram desreconhecidos das contas a receber em razão da transferência substancial dos riscos e benefícios associados aos créditos. Essas operações podem ser descontinuadas a qualquer momento, sem impactos relevantes nas atividades operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não havia cessões desta natureza.

10.2. Movimentação das perdas de crédito esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.000)	(3.440)	(3.984)	(18.152)
Constituições	(1.663)	(1.591)	(7.035)	(4.598)
Reversões	2.364	2.277	7.511	19.270
Baixas	969	754	969	754
Variação cambial	-	-	111	(1.258)
Saldo no fim do exercício	(330)	(2.000)	(2.428)	(3.984)



11. Partes relacionadas

Todos os saldos das contas patrimoniais e as transações nas contas de resultado, decorrem de operações em condições e preços estabelecidos entre as partes e estão apresentados a seguir:

11.1. Saldos patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Modalidade	2025	2024	2025	2024
<u>Saldo com Controladores:</u>					
J&F S.A.	Notas comerciais privadas (v)	6.979.082	-	6.979.082	-
Controladores	Dividendos a pagar	-	(274.487)	-	(274.487)
		6.979.082	(274.487)	6.979.082	(274.487)
<u>Saldo com Controladas:</u>					
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Vendas de celulose	336.450	533.949	-	-
Eldorado USA, Inc.	Vendas de celulose	180.596	556.594	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (i)	(2.972.087)	(242.416)	-	-
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Prestação de serviços	5.803	12.584	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Mútuo (ii)	503.751	407.306	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Prestação de serviços	(39.277)	(11.858)	-	-
		(1.984.764)	1.256.159	-	-
<u>Saldo com outras partes relacionadas:</u>					
JBS	Diversos (iii)	(1.867)	(264)	(1.867)	(264)
Seara Alimentos	Consumíveis (iv)	(1.357)	(957)	(1.403)	(990)
Banco Original	Cessão de crédito (vi)	(14.210)	-	(45.911)	-
Banco Original	Caixa e equivalentes de caixa	901.003	-	901.003	-
		883.569	(1.221)	851.822	(1.254)
		5.877.887	980.451	7.830.904	(275.741)
<u>Ativo:</u>					
Caixa e equivalentes de caixa - nota 9		901.003	-	901.003	-
Contas a receber de clientes - nota 10.1		517.046	1.090.543	-	-
Adiantamento a fornecedores - nota 12		5.803	12.584	-	-
Empréstimos para partes relacionadas - nota 11.3 e 11.5		7.482.833	407.306	6.979.082	-
<u>Passivo:</u>					
Fornecedores - nota 20		(56.711)	(13.079)	(49.181)	(1.254)
Dividendos a pagar - nota 25		-	(274.487)	-	(274.487)
Empréstimos com partes relacionadas - nota 11.4		(2.972.087)	(242.416)	-	-
		5.877.887	980.451	7.830.904	(275.741)



11.2. Transações no exercício

		Controladora		Consolidado	
	Modalidade	2025	2024	2025	2024
Transações com controladas:					
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Vendas de celulose	2.637.462	3.340.507	-	-
Eldorado USA, Inc.	Vendas de celulose	682.731	1.265.049	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (i)	(30.589)	(37.362)	-	-
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Prestação de serviços	(44.244)	(33.659)	-	-
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Prestação de serviços	(92.294)	(74.832)	-	-
		3.153.066	4.459.703	-	-
Transações com outras partes relacionadas:					
JBS	Diversos (iii)	(3.003)	(2.660)	(3.003)	(2.660)
Seara Alimentos	Consumíveis (iv)	(712)	(249)	(712)	(282)
J&F S.A.	Receitas financeiras (v)	533.568	-	533.568	-
Banco Original	Receitas financeiras	34.945	-	34.945	-
Banco Original	Despesas financeiras (vi)	(16.034)	-	(28.142)	-
Banco PicPay	Receitas financeiras	24.334	-	24.334	-
		573.098	(2.909)	560.990	(2.942)
Total do resultado líquido		3.726.164	4.456.794	560.990	(2.942)

- (i) Operação de financiamento à exportação concedida pela Eldorado Intl. Finance GmbH, com vencimento em junho de 2026. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou nova operação de financiamento, decorrente da captação de um *Bond*, no valor de US\$ 500.000 (equivalentes a R\$2.670.250) com vencimento em dezembro de 2032, conforme divulgado na nota 22(vii). Ambas operações, são remuneradas à taxa de mercado, acrescido de variação cambial. Tais valores não são considerados na divulgação da nota explicativa nº 8 – Gestão de Riscos Financeiros e Instrumentos Financeiros, uma vez que a Companhia avalia seus instrumentos financeiros de forma centralizada, em nível consolidado.
- (ii) Contrato e mútuo com a subsidiária Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda., cujo vencimento, anteriormente previsto para novembro de 2026, foi prorrogado para dezembro de 2030. Esses valores não são considerados na divulgação da nota explicativa nº 8 – Gestão de Riscos Financeiros e Instrumentos Financeiros, uma vez que a Companhia avalia seus instrumentos financeiros de forma centralizada, em nível consolidado.
- (iii) Valores a pagar sobre transações diversas, incluindo frete no transporte de celulose, aquisição de consumíveis e aluguel de *data center*;
- (iv) Valores a pagar decorrentes da aquisição de consumíveis para utilização no refeitório da Eldorado.
- (v) Receita financeira referente às Notas Comerciais Privadas com a controladora J&F S.A., com vencimento em maio de 2029, remuneradas à taxa de mercado.
- (vi) A Companhia cedeu crédito de certos clientes visando antecipar seu fluxo de caixa. Os créditos cedidos foram desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes visto que houve a transferência, à contraparte, de todos os riscos e benefícios associados aos ativos. A operação foi efetuada em condições de mercado, com incidência de juros.

11.3. Movimentação de empréstimos para partes relacionadas – Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	407.306	291.037
Valor concedido	45.000	88.000
Ajuste de valor justo	51.445	28.269
Saldo no fim do exercício	503.751	407.306



11.4. Movimentação de empréstimos com partes relacionadas – Eldorado. Intl. Finance GmbH

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	242.416	1.068.046
Captações	2.670.250	-
Juros incorridos	30.589	37.363
Liquidação do principal	(10.623)	(996.046)
Liquidação de juros	(13.794)	(41.243)
Variação cambial	53.249	174.296
Saldo no fim do exercício	2.972.087	242.416
Circulante	220.887	916
Não Circulante	2.751.200	241.500
	2.972.087	242.416

11.5. Movimentação da Nota Comercial Privada – J&F S.A.

	Controladora e Consolidado
Saldo no início do exercício	-
Notas Comerciais Privadas recebidas em cessão de crédito – nota 1.1.(c) – (i)	12.000.000
Juros incorridos	533.568
Compensação com dividendos a pagar – nota 25	(5.796.945)
Variação Cambial	242.459
Saldo no fim do exercício	6.979.082

(i) Em novembro de 2025, a Companhia alterou a moeda de captação do referido instrumento de reais (R\$) para dólares norte-americanos (USD).

11.6. Remuneração dos dirigentes

A remuneração global dos Administradores, incluindo a Diretoria Executiva e os conselhos de Administração e Fiscal, foi aprovada por maioria de votos no âmbito do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Companhia em 07 de abril de 2025, em cumprimento ao previsto no Estatuto Social, no acordo de acionistas e na Lei nº 6.404/1976, para a matéria. Os valores reconhecidos no resultado do exercício são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios (i)	56.276	44.981	64.146	52.267
Previdência privada	586	545	681	635
	56.862	45.526	64.827	52.902

(i) Os benefícios incluem remuneração fixa (salários, férias e 13º salário), contribuições previdenciárias, contribuição ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), remunerações variáveis e outros.



12. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos a parceiros (i)	706.710	553.898	706.710	553.898
Adiantamentos de compra de madeiras	-	4.579	-	4.579
Adiantamentos serviços e materiais diversos	7.606	2.206	17.296	12.997
Adiantamentos a partes relacionadas - nota 11.1	5.803	12.584	-	-
	720.119	573.267	724.006	571.474
Ativo circulante	13.410	19.368	17.296	17.575
Ativo não circulante	706.709	553.899	706.710	553.899
	720.119	573.267	724.006	571.474

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a parceiros no cultivo de árvores para a extração de madeira, registrados em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando ocorrer o recebimento físico da madeira.

13. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Almoxarifados (i)	263.433	260.876	263.929	261.278
Celulose	102.491	85.285	210.653	274.918
Madeira para produção	172.226	176.091	172.226	176.091
Insumos industriais e florestais (i)	161.328	131.696	161.329	131.696
	699.478	653.948	808.137	843.983

(i) Saldos líquidos de perdas estimadas de R\$ 197 (R\$ 3.774 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de materiais obsoletos e com baixa movimentação.

14. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	970.695	981.506	970.695	981.506
Perdas de créditos de ICMS (i)	(970.695)	(981.506)	(970.695)	(981.506)
PIS e COFINS	14.352	34.893	14.534	34.975
Ressarcimento de PIS e COFINS exportação – reintegra	15.138	18.660	15.138	18.660
Antecipações/retenções de IRPJ / CSLL / IRRF	143.856	1.415	145.031	1.685
Outros	2.402	2.053	9.727	4.038
	175.748	57.021	184.430	59.358
Circulante	160.345	41.666	169.027	43.688
Não Circulante	15.403	15.355	15.403	15.670
	175.748	57.021	184.430	59.358

(i) Perdas estimadas com créditos de ICMS

Em 18 de novembro de 2021, a Companhia foi notificada pela Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul (MS) para proceder o estorno, nos registros fiscais pertinentes, dos créditos acumulados de ICMS, no montante de R\$ 505.054, sob a alegação de que haviam sido atingidos pela decadência, conforme disposto no artigo 68 da Lei (estadual) nº 1.810 (1997).



A Companhia, devidamente amparada por seus assessores jurídicos, tomou as medidas necessárias para assegurar o direito de manter tais créditos, além de obter liminar de segurança que impede a lavratura de auto de infração pelo não cumprimento da notificação.

Em função das novas circunstâncias trazidas pela notificação das autoridades fiscais do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), considerando que: (a) a realização dos créditos depende de prévia autorização das autoridades fiscais; (b) a autorização fiscal deve ser concomitante com o vencimento dos débitos tributários contra os quais os créditos serão compensados; (c) não é provável que os créditos de ICMS tenham sua compensação permitida pelas autoridades fiscais enquanto estiverem "sub judice"; e, (d) não é possível prever o período de tempo da discussão judicial sobre o tema; a Companhia entendeu que não seria mais possível assegurar a obtenção da autorização do Estado para compensar e/ou transferir os créditos de ICMS nos prazos previstos no plano de monetização, e determinou que o valor recuperável dos créditos tributários de ICMS em 31 de dezembro de 2021, seja pelo valor em uso ou pelo valor justo, era igual a zero, constituindo, naquela data, uma provisão para perdas equivalente ao valor integral dos créditos.

O montante de créditos de ICMS consumidos no curso normal dos negócios da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2025 (nota explicativa nº 30 – Outras receitas (despesas) operacionais), foi de R\$ 10.811, e corresponde ao montante revertido das perdas estimadas com créditos de ICMS.

15. Ativos biológicos

As movimentações dos ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	5.060.580	4.748.287
Custo aplicado na formação das florestas	859.645	707.796
Exaustão das florestas formadas:	(393.328)	(389.701)
Exaustão dos custos	(325.159)	(208.062)
Exaustão do ajuste a valor justo	(68.169)	(181.639)
Outras baixas	(160.817)	(49.853)
Ajuste de valor justo, líquido das despesas de vendas	4.576.652	44.051
Saldo no fim do exercício	9.942.732	5.060.580

Para mensuração de seus ativos biológicos a valor justo, a Companhia utilizou o método do Fluxo de Caixa Descontado (*DCF – Discounted Cash Flow*), com o objetivo de estimar o valor presente dos fluxos de caixa esperados desses ativos.

As informações (*inputs*) utilizadas na DFC estão classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo e incluem: (i) O volume de produção de madeira ponderado a partir das restrições operacionais, da demanda anual do mercado e da produtividade florestal medida pelo Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano; (ii) Os preços de madeira em pé (*Eucalyptus*), designados em R\$/metro cúbico, os quais correspondem a uma média ponderada entre: (a) os preços observados nas negociações de madeira realizadas pela própria Companhia, e, (b) os preços praticados em transações comerciais de madeira no mercado do Mato Grosso do Sul, determinados por especialista de mercado, que considera uma conjunção de fatores externos como a demanda da região, eventos climáticos e preços praticados em mercado ativo; (iii) Os gastos relevantes de arrendamento, cultivo e demais gastos de manutenção, tais como a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas; (iv) A taxa de desconto aplicado ao fluxo de caixa, correspondente ao custo médio ponderado de capital da Companhia; e, (v) o benefício fiscal calculado com base na metodologia do *Tax Amortization Benefit* (TAB).



Aumentos (reduções) significativos nos preços de madeira em pé utilizados na avaliação, resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Por outro lado, uma elevação (redução) significativa da taxa de desconto, acarretaria em decréscimo (acrécimo) dos valores mensurados.

As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, tais como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas, os quais podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e, consequentemente, a produtividade dos plantios. Quando da ocorrência de eventos dessa natureza, que impactem materialmente o valor dos ativos biológicos, a Companhia reconhece a respectiva redução ao valor recuperável no resultado do exercício, mediante baixa do correspondente montante do ativo. As baixas do exercício foram registradas sob a rubrica de "Outras baixas".

A Companhia reavalia o valor do seu ativo biológico semestralmente ou quando existir indícios de mudanças significativas nas principais premissas. As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo dos ativos biológicos, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	2025	2024
Área plantada para efeito do ativo biológico (hectare)	268.625	270.786
Incremento médio anual (IMA) – m ³ / hectare ⁽ⁱ⁾	39,94	40,59
Taxa de desconto (WACC sem índice de preços ao consumidor) - %	6,09	7,33
Preço médio ponderado da madeira em pé – R\$/m ³	214,00	148,00

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao IMA 6, relativo à idade/corte considerando seis anos.

	2025	2024
Preço	3.656.745	-
Crescimento, WACC, IMA e outros*.	919.907	44.051
	4.576.652	44.051

Em 31 de dezembro de 2025, a área produtiva total da Companhia é de 304.910 hectares, dos quais 268.625 hectares representam a área plantada para efeito do ativo biológico. Este montante apresenta uma redução em relação à posição de 31 de dezembro de 2024, em decorrência da exaustão para consumo no processo produtivo e das operações de *swaps* de madeira – nota explicativa nº 21.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou operações de venda e permuta (swap) envolvendo seus ativos biológicos, recebendo o montante antecipado de R\$ 5.286.112, conforme divulgado na explicativa nº 17. A realização destas transações segue cronograma contratuais, com correção monetária, no período de 2026 a 2030.

Os ativos biológicos objeto dos contratos de venda permanecem reconhecidos no ativo da Companhia até a data de sua efetiva entrega aos clientes, sendo mensurados a valor justo nos termos descritos acima.



16. Investimentos

16.1. Composição dos investimentos e informações das controladas

	Participação percentual	Total de ativos	Capital Social	Patrimônio líquido	Receita líquida
Cellulose Eldorado Austria GmbH	100%	1.350.677	111	872.856	4.395.449
Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	100%	793.389	159.259	164.860	102.176
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	15.702	954	3.461	60.071

16.2. Movimentação dos investimentos

	Cellulose Eldorado Austria GmbH	Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.	Rishis Empreend. e Participações S.A.	Rishis Empreend. e Participações S.A. mais-valia	Total dos investimentos em controladas
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.860.728	236.677	4.134	7.203	2.108.742
Baixa por amortização da mais-valia (i)	-	-	-	(278)	(278)
Dividendos (ii)	(1.471.074)	-	-	-	(1.471.074)
Valor justo do mútuo intercompanhia (iii)	-	(28.269)	-	-	(28.269)
Lucro líquido do exercício (iv)	129.522	7.177	1.400	-	138.099
Lucros não realizados nos estoques (iv)	(204.302)	-	-	-	(204.302)
Ajuste acumulado de conversão	414.646	-	-	-	414.646
Saldo em 31 de dezembro de 2024	729.520	215.585	5.534	6.925	957.564
Baixa por amortização da mais-valia (i)	-	-	-	(279)	(279)
Dividendos (ii)	(315.524)	-	-	-	(315.524)
Cisão parcial	-	4.372	(4.372)	-	-
Valor justo do mútuo intercompanhia (iii)	-	(51.445)	-	-	(51.445)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício (iv)	285.332	(3.652)	2.299	-	283.979
Lucros não realizados nos estoques (iv)	279.240	-	-	-	279.240
Ajuste acumulado de conversão	(105.712)	-	-	-	(105.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	872.856	164.860	3.461	6.646	1.047.823

(i) Mais-valia decorrente do direito de uso de área na zona portuária, a qual está sendo amortizada pelo tempo de contrato, vigente até 5 de novembro de 2049.

(ii) Dividendos pagos pela controlada Cellulose Eldorado Austria GmbH para a controladora.

(iii) O montante é relativo à variação entre o valor nominal e o valor presente do contrato de mútuo, calculado na data do reconhecimento inicial e ajustado para 31 de dezembro de 2025.

(iv) O (Prejuízo)/lucro líquido do exercício, adicionado aos lucros não realizados nos estoques, correspondem aos resultados de equivalência patrimonial.



17. Imobilizado

17.1. Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Obras em andamento	Equipamentos de informática	Veículos e embarcações	Máquinas e equipamentos	Prédios e instalações	Mais-valias ⁽ⁱ⁾	Outros	Total
Controladora:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	340.541	60.168	139.764	3.016.319	1.294.009	-	132.348	4.983.149
Adições	513.148	389	4.966	14.026	-	-	869	533.398
Baixas	-	(130)	(432)	(10.461)	-	-	(121)	(11.144)
Transferências	(419.118)	(9.338)	17.379	290.479	89.510	-	4.606	(26.482)
Depreciação	-	(13.300)	(51.854)	(285.337)	(68.116)	-	(5.235)	(423.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	434.571	37.789	109.823	3.025.026	1.315.403	-	132.467	5.055.079
Custo	434.571	100.436	312.687	5.053.943	1.934.346	-	160.457	7.996.440
Depreciação acumulada	-	(62.647)	(202.864)	(2.028.917)	(618.943)	-	(27.990)	(2.941.361)
Adições	715.353	1.419	21.963	72.568	10	296.071	696	1.108.080
Baixas	-	(4)	(913)	(16.671)	-	-	(1.142)	(18.730)
Transferências	(376.583)	5.913	4.705	269.175	81.972	-	6.741	(8.077)
Depreciação	-	(12.417)	(44.869)	(345.402)	(74.912)	(8.458)	(6.004)	(492.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	773.341	32.700	90.709	3.004.696	1.322.473	287.613	132.758	5.644.290
Custo	773.341	107.594	325.212	5.353.812	2.016.328	296.071	166.500	9.038.858
Depreciação acumulada	-	(74.894)	(234.503)	(2.349.116)	(693.855)	(8.458)	(33.742)	(3.394.568)
Consolidado:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	340.541	66.754	141.571	3.072.211	1.567.583	-	134.367	5.323.027
Adições	513.393	489	4.966	16.024	-	-	882	535.754
Baixas	-	(130)	(432)	(10.461)	-	-	(121)	(11.144)
Transferências	(419.355)	(8.320)	17.379	292.680	89.510	-	5.004	(23.102)
Variação cambial	-	61	-	-	-	-	151	212
Depreciação	-	(13.827)	(53.058)	(288.077)	(79.935)	-	(5.509)	(440.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	434.579	45.027	110.426	3.082.377	1.577.158	-	134.774	5.384.341
Custo	434.579	109.652	315.196	5.114.950	2.211.890	-	163.359	8.349.626
Depreciação acumulada	-	(64.625)	(204.770)	(2.032.573)	(634.732)	-	(28.585)	(2.965.285)
Adições	715.398	1.454	23.459	72.568	10	296.071	858	1.109.818
Baixas	-	(4)	(913)	(16.671)	-	-	(1.142)	(18.730)
Transferências	(376.590)	5.919	4.705	269.168	81.972	-	8.620	(6.206)
Variação cambial	-	(26)	-	-	-	-	(75)	(101)
Depreciação	-	(14.008)	(45.584)	(348.326)	(87.167)	(8.458)	(6.390)	(509.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	773.387	38.362	92.093	3.059.116	1.571.973	287.613	136.645	5.959.189
Custo	773.387	116.682	329.218	5.414.796	2.293.863	296.071	171.330	9.395.347
Depreciação acumulada	-	(78.320)	(237.125)	(2.355.680)	(721.890)	(8.458)	(34.685)	(3.436.158)

⁽ⁱ⁾ Mais-valias – Os valores registrados são oriundos do processo de incorporação Prime Victory Company S.A., conforme informado na nota explicativa nº 1.1.b.

17.2. Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente as melhorias estruturais na fábrica de celulose e seu entorno, bem como os gastos com a engenharia básica, licenciamento ambiental, obras de infraestrutura, "Central de Tratamento de Resíduos" e "Sistema de Lodo Biológico".



17.3. Perda por redução ao valor recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve indicação que um ativo, ou grupo de ativos, possa ter sofrido desvalorização.

17.4. Transferências

As transferências são provenientes/(destinadas) de/(para) obras em andamento, no ativo intangível - nota explicativa nº 18.

17.5. Parada Geral

A parada geral para manutenção da fábrica realizada em outubro de 2025, no montante de R\$ 113.874, está sendo depreciada por um período de 17 meses, iniciado a partir da data de capitalização.

18. Intangível

18.1. Composição e movimentação do ativo intangível

	Controladora			Consolidado				
	Software de informática	Ágio ⁽¹⁾	Total	Obras em andamento	Mais-valia pelo direito de uso da concessão portuária	Software de informática	Ágio ⁽¹⁾	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	30.384	-	30.384	84.200	7.203	34.995	-	126.398
Adições	-	-	-	62.171	-	-	-	62.171
Transferências	26.482	-	26.482	(3.394)	-	26.496	-	23.102
Amortizações	(14.129)	-	(14.129)	-	(278)	(14.314)	-	(14.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.737	-	42.737	142.977	6.925	47.177	-	197.079
Custo	97.082	-	97.082	142.977	17.002	101.769	-	261.748
Amortização acumulada	(54.345)	-	(54.345)	-	(10.077)	(54.592)	-	(64.669)
Adições	-	488.015	488.015	1.192	-	-	488.015	489.207
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	8.077	-	8.077	(141.404)	-	8.077	-	(133.327)
Amortizações	(14.848)	(48.802)	(63.650)	-	(279)	(15.754)	(48.802)	(64.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.966	439.213	475.179	2.765	6.646	39.500	439.213	488.124
Custo	105.160	488.015	593.175	2.765	17.002	109.846	488.015	617.628
Amortização acumulada	(69.194)	(48.802)	(117.996)	-	(10.356)	(70.346)	(48.802)	(129.504)

⁽ⁱ⁾ Corresponde ao ágio constante do acervo líquido da Prime Victory Company S.A., incorporado nos termos da incorporação reversa de maio de 2025, líquido da provisão constituída para ajustá-lo ao valor líquido do benefício fiscal - nota explicativa nº 1.1.(b).

⁽ⁱⁱ⁾ Do total das transferências do exercício, no consolidado, o montante de R\$ 139.533 foi destinado ao direito de uso (nota explicativa nº 19.1), e o montante de R\$ 6.206 é oriundo do ativo imobilizado (nota explicativa nº 17.1)



19. Direitos de uso e arrendamentos a pagar

19.1. Composição dos direitos de uso

	Terras e terrenos	Prédios e edificações	Veículos	Máquinas, equipamentos e implementos florestais	Instalações e Benfeitorias (i)	Total
Controladora						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.386.524	-	14.788	786	-	1.402.098
Adições e reajuste de parcelas	286.792	1.498	-	-	-	288.290
Baixa ou encerramento	(28.221)	(959)	-	(786)	-	(29.966)
Depreciação	(190.893)	(539)	(8.297)	-	-	(199.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.454.202	-	6.491	-	-	1.460.693
<i>Custo</i>	<i>2.154.155</i>	<i>-</i>	<i>44.123</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2.198.278</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(699.953)</i>	<i>-</i>	<i>(37.632)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(737.585)</i>
Adições e reajuste de parcelas	543.832	1.748	210.656	347	-	756.583
Baixa ou encerramento	13.390	-	(6.149)	-	-	7.241
Depreciação (iii)	(209.446)	(850)	(43.467)	(141)	-	(253.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.801.978	898	167.531	206	-	1.970.613
<i>Custo</i>	<i>2.602.366</i>	<i>1.747</i>	<i>210.656</i>	<i>347</i>	<i>-</i>	<i>2.815.116</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(800.388)</i>	<i>(849)</i>	<i>(43.125)</i>	<i>(141)</i>	<i>-</i>	<i>(844.503)</i>
Consolidado						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.386.524	42	14.788	786	269.845	1.671.985
Adições e reajuste de parcelas	286.792	3.179	-	-	20.651	310.622
Baixa ou encerramento	(28.221)	(1.001)	-	(786)	-	(30.008)
Variação cambial	-	370	-	-	-	370
Depreciação	(190.893)	(833)	(8.297)	-	(11.069)	(211.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.454.202	1.757	6.491	-	279.427	1.741.877
<i>Custo</i>	<i>2.154.155</i>	<i>2.087</i>	<i>44.123</i>	<i>-</i>	<i>295.678</i>	<i>2.496.043</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(699.953)</i>	<i>(330)</i>	<i>(37.632)</i>	<i>-</i>	<i>(16.251)</i>	<i>(754.166)</i>
Adições e reajuste de parcelas	543.832	1.748	210.656	347	14.534	771.117
Baixa ou encerramento	13.390	-	(6.149)	-	-	7.241
Transferência (ii)	-	-	-	-	139.533	139.533
Variação cambial	-	(191)	-	-	-	(191)
Depreciação (iii)	(209.446)	(1.207)	(43.467)	(141)	(20.499)	(274.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.801.978	2.107	167.531	206	412.995	2.384.817
<i>Custo</i>	<i>2.602.366</i>	<i>4.094</i>	<i>210.656</i>	<i>347</i>	<i>449.745</i>	<i>3.267.208</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(800.388)</i>	<i>(1.987)</i>	<i>(43.125)</i>	<i>(141)</i>	<i>(36.750)</i>	<i>(882.391)</i>

(i) Os valores de Instalações e Benfeitorias referem-se aos pagamentos do contrato de arrendamento portuário e à movimentação mínima contratual – MMC.

(ii) As transferências, no montante de R\$ 139.533, no consolidado, são provenientes do intangível (nota explicativa nº 18).

(iii) Do total das depreciações do exercício, na controladora e no consolidado, R\$ 145.536 foram apropriados como custo na formação das florestas (ativo biológico - nota explicativa nº 15), R\$ 96.859 como adiantamento a fornecedores (nota explicativa nº 12) e R\$ 11.509 como custo dos estoques (nota explicativa nº 13). No consolidado, R\$ 20.856 foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício.



19.2. Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.675.985	1.575.612	1.818.554	1.735.695
Adições e reajustes de parcelas (i)	756.583	288.290	771.117	310.622
Pagamentos	(431.725)	(347.527)	(488.500)	(400.961)
Juros financeiros (ii)	231.104	193.400	241.929	206.621
Baixa ou encerramento	(43.418)	(33.790)	(43.418)	(33.790)
Variação cambial	-	-	(189)	367
Saldo no fim do exercício	2.188.529	1.675.985	2.299.493	1.818.554
Circulante	201.419	165.463	267.297	228.451
Não circulante	1.987.110	1.510.522	2.032.196	1.590.103
	2.188.529	1.675.985	2.299.493	1.818.554

(i) Referem-se às adições de novos contratos, mudanças de preços (indexados pelo IPCA e CEPEA) e/ou alteração de prazos nos contratos existentes.

(ii) Do total dos juros financeiros do exercício, na controladora e no consolidado, R\$ 102.952 referem-se a custos aplicados na formação das florestas (ativo biológico - nota explicativa nº 15), R\$ 122.639 a adiantamentos a parceiros - (nota explicativa nº 12), e R\$ 5.513 a estoques (nota explicativa nº 13). Adicionalmente, o montante de R\$ 10.825, no consolidado, foi reconhecido no resultado do exercício.

O cronograma de desembolsos futuros dos arrendamentos, não descontados a valor presente, estão divulgados na nota explicativa nº 8.3 c.

19.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Os arrendamentos a pagar foram calculados pelo valor bruto, que não considera a dedução dos créditos recuperáveis de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação dos arrendamentos. O quadro a seguir demonstra esse direito potencial:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Ajustado a valor presente	Valor nominal	Ajustado a valor presente
Valores em 31 de dezembro de 2024				
Contraprestação dos arrendamentos a pagar	3.612.460	1.675.985	3.839.320	1.818.554
PIS/COFINS potencial incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas	208.557	102.368	220.003	107.134
Valores em 31 de dezembro de 2025				
Contraprestação dos arrendamentos a pagar	4.283.308	2.188.529	4.479.674	2.299.493
PIS/COFINS potencial incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas	250.585	128.815	263.327	134.431



20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em moeda nacional:				
Terceiros (i)	406.578	253.265	434.129	295.821
Partes relacionadas - nota 11.1	56.711	13.079	49.181	1.254
	463.289	266.344	483.310	297.075
Em moeda estrangeira:				
Terceiros	13.035	8.665	23.215	12.310
	476.324	275.009	506.525	309.385

(i) O saldo de 31 de dezembro de 2025, considera o montante de R\$ 39.633, na controladora, e R\$ 39.635, no consolidado, (R\$ 10.476 em 31 de dezembro de 2024) relativos a operações de risco sacado. Essas operações não apresentaram modificações relevantes nas condições de compras (prazo, fluxo de pagamentos e preços negociados) em relação às condições usualmente praticadas pela Companhia.

21. Adiantamentos de clientes

Referem-se aos adiantamentos recebidos no âmbito dos contratos de permuta e venda de ativos biológicos – madeira em pé - nota explicativa nº 15, cujas entregas estão previstas para ocorrer em exercícios futuros, conforme cronogramas estabelecidos contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo totalizava R\$ 5.286.112, sendo R\$ 295.552 classificados no passivo circulante e R\$ 4.990.60 no passivo não circulante, em consonância com os cronogramas contratuais.



22. Empréstimos e financiamentos

22.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Controladora				Consolidado	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	2025	2024	2025	2024
Em moeda estrangeira:						
ACC (i)	pré-fixado	jun/26 a jun/28	4.541.835	537.861	4.541.835	537.861
PPE (ii)	SOFR + <i>spread</i> / pré-fixado	jul/26 a jul/28	2.666.068	892.783	2.666.068	892.783
CCB (iv)	SOFR + <i>spread</i> / pré-fixado	abr/26 a mai/27	167.360	94.712	167.360	94.712
CPR (v)	pré-fixado	jun/26 a jun/29	2.836.577	-	2.836.577	-
NCE (vi)	SOFR + <i>spread</i> / pré-fixado	jul/26 a jul/27	1.113.415	-	1.113.415	-
NOTES(vii)	pré-fixado	dez/32	-	-	2.770.038	-
DEBENTURES (viii)	pré-fixado	jun/29 a dez/40	994.945	-	994.945	-
FINEM	pré-fixado	jun/29 a dez/40	20.442	-	20.442	-
Custos de Captação	-	jan/26 a set/40	-	-	(23.385)	-
			12.340.642	1.525.356	15.087.295	1.525.356
Em moeda nacional:						
PPE (ii)	% CDI	out/25	-	14.593	-	14.593
CRA (iii)	IPCA + <i>spread</i> / pré-fixado	set/26 a set/40	2.708.875	608.123	2.708.875	608.123
CPR (v)	CDI + <i>spread</i>	jun/28	274.878	-	274.878	-
NCE (vi)	CDI + <i>spread</i>	jun/28 a jul/28	1.594.616	-	1.594.616	-
DEBENTURES (viii)	IPCA + <i>spread</i>	out/33 a out/35	1.528.690	-	1.528.690	-
Custos de Captação	-	set/27 a set/40	(172.396)	-	(172.396)	-
			5.934.663	622.716	5.934.663	622.716
			18.275.305	2.148.072	21.021.958	2.148.072
Circulante			3.290.461	575.948	3.305.959	575.948
Não circulante			14.984.844	1.572.124	17.715.999	1.572.124
			18.275.305	2.148.072	21.021.958	2.148.072

Os pagamentos de juros estão apresentados com fluxo de atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa, por se tratarem de custos diretamente relacionados aos empréstimos e financiamentos.

22.2. Linhas de crédito

A Companhia utiliza linhas de trade finance e empréstimos bilaterais com bancos para cobrir necessidade de capital de giro e dar suporte a investimentos.

Abaixo estão relacionadas as linhas de crédito relevantes atualmente contratadas:

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs);
- (ii) Pré-pagamento à exportação (PPE), com vencimentos até 2028, remunerados a taxa pré-fixada ou corrigida pela SOFR acrescida de *spread*, no caso de financiamentos em moeda estrangeira, e percentual do CDI, no caso de financiamentos em moeda nacional;
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis, vinculadas a Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no montante de R\$ 500.000, vencíveis em 2027, remuneradas pelo IPCA acrescido de *spread*. Em setembro de 2025, a Companhia realizou uma nova emissão de Cédulas de Produto Rural Financeiras – CPR-F, no montante de R\$ 2.000.000, em três séries, vencíveis em 2032, 2035 e 2040, as quais lastrearam a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).



(iv) Cédulas de Crédito Bancário (CCB), emitidas em: a) Renminbi, no montante de ¥ 108.069 (R\$ 75.000), remuneradas à taxa de juros pré-fixados, vencíveis em 2026; e, b) Dólares Americanos, no montante de US\$ 13.258 (R\$ 75.000), remuneradas à taxa de juros pós-fixada, vencíveis em 2027;

(v) Cédulas de Produto Rural (CPR), com vencimentos até 2029, remuneradas à uma taxa de juros pré-fixada, no caso dos financiamentos em moeda estrangeira, e variação do CDI acrescido de spread, no caso dos financiamentos em moeda nacional;

(vi) Notas de Crédito à Exportação (NCE), com vencimentos até julho de 2028, remuneradas à taxa de juros pré-fixada ou SOFR acrescida de spread, no caso de financiamentos em moeda estrangeira, e variação do CDI acrescido de spread, no caso de financiamentos em moeda nacional;

(vii) Em dezembro de 2025, a Companhia, através de sua subsidiária Eldorado Intl. Finance GmbH, sociedade existente de acordo com as leis da Áustria, emitiu títulos de dívida no mercado externo (Notes), no montante de US\$ 500.000 (equivalentes a R\$ 2.673.000), vencíveis em 2032, com possibilidade de recompra a partir do 4º ano, contado da data de emissão;

(viii) Em outubro de 2025, a Companhia concluiu a 5ª (quinta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis, em série única, no montante de R\$ 1.500.000, com vencimento em outubro de 2035 e remuneração pela variação do IPCA acrescida de spread. Adicionalmente, em dezembro de 2025, a Companhia concluiu a 6ª (sexta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, com Garantia Real, em série única, no montante de R\$ 1.000.000, com vencimento em dezembro de 2040 e remuneração pela variação do Dólar acrescido de taxa de juros pré-fixada.

22.3. Cronograma do vencimento do não circulante

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025, é o seguinte:

Ano	2027	2028	2029	2030 a 2040	Total
Controladora	4.140.948	6.140.582	339.979	4.363.335	14.984.844
Consolidado	4.137.606	6.137.241	336.639	7.104.513	17.715.999

22.4. Cronograma de Custo de captação da dívida

Os custos de captação são apresentados líquidos dos encargos tributários, e serão apropriados ao resultado ao longo da vigência dos contratos, conforme cronograma de amortização apresentado a seguir, vigente em 31 de dezembro de 2025:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030 - 2040	Total
Controladora	(28.161)	(26.738)	(19.625)	(19.625)	(78.247)	(172.396)
Consolidado	(31.502)	(30.079)	(22.966)	(22.966)	(88.268)	(195.781)



22.5. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.148.072	2.622.973	2.148.072	2.622.973
Captações (i)	35.186.783	465.822	37.860.233	465.822
Juros incorridos	729.913	253.499	726.027	253.499
Liquidação do principal	(18.864.980)	(1.221.348)	(18.864.980)	(1.221.348)
Liquidação de juros	(614.753)	(269.933)	(614.753)	(269.933)
Variação cambial	(309.730)	297.059	(232.641)	297.059
Saldo no fim do exercício	18.275.305	2.148.072	21.021.958	2.148.072

(i) Considera o efeito não caixa de R\$ 12.000.000, discriminado na nota explicativa nº 33.

Os pagamentos de juros estão apresentados como fluxos de atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa, por se tratarem de custos diretamente relacionados aos empréstimos e financiamentos.

22.6. Garantias dos empréstimos

Os financiamentos contratados em dezembro de 2025 junto ao BNDES, nas modalidades FINEM e Debêntures, possuem garantias atreladas ao fluxo de recebíveis provenientes de vendas realizadas no mercado interno.

23. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

23.1. Reconciliação das taxas efetivas de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	6.718.350	1.534.779	6.755.016	1.557.761
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(2.284.239)	(521.825)	(2.296.705)	(529.639)
Reconciliação para a despesa efetiva:				
Equivalência patrimonial	96.553	46.954	-	-
Ressarcimento de PIS e COFINS exportação – reintegra	1.282	1.708	1.282	1.708
Constituição de perdas de créditos de ICMS	3.676	7.250	3.676	7.250
Diferença de base tributária e alíquotas nominais de controladas no exterior		-	71.423	61.688
Realização do valor recuperável do Ágio	32.209	-	32.209	-
Outros	(16.044)	26.642	(15.114)	(3.260)
Imposto de renda e Contribuição Social - corrente e diferido	(2.166.563)	(439.271)	(2.203.229)	(462.253)
Corrente	(132.265)	(228.562)	(171.527)	(261.197)
Diferido	(2.034.298)	(210.709)	(2.031.702)	(201.056)
Imposto de renda e Contribuição Social - corrente e diferido	(2.166.563)	(439.271)	(2.203.229)	(462.253)
Taxa efetiva	32,2%	28,6%	32,6%	29,7%



23.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2024	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal (i)	538.643	(110.910)	427.733	(62.767)	364.966
Diferenças temporárias ativas:					
Variação cambial a realizar	39.067	42.449	81.516	(143.091)	(61.575)
Provisões não dedutíveis	42.856	22.386	65.242	33.490	98.732
Lucro não realizado	38.994	69.463	108.457	(94.943)	13.514
Mais-valia (iii)	-	-	-	320.169	320.169
Indébitos tributários – IRPJ/CSLL sobre Selic	4.794	-	4.794	-	4.794
	664.354	23.388	687.742	52.858	740.600
Diferenças temporárias passivas:					
Valor justo do ativo biológico	(297.574)	48.363	(249.211)	(1.529.525)	(1.778.736)
Instrumentos financeiros derivativos	(109.236)	89.515	(19.721)	(85.183)	(104.904)
Depreciação acelerada incentivada	(913.833)	(53.602)	(967.435)	(16.113)	(983.548)
Arrendamento	-	(255.460)	(255.460)	(87.517)	(342.977)
	(1.320.643)	(171.184)	(1.491.827)	(1.718.338)	(3.210.165)
Diferido passivo não circulante (ii)	(656.289)	(147.796)	(804.085)	(1.665.480)	(2.469.565)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.073.429 (R\$ 1.258.038 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, do valor total de R\$ 1.665.480 o montante de R\$ 14.279 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à contabilização de hedge, conforme nota explicativa nº 8.4.4 – *Hedge Accounting*.

(iii) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o valor de mais-valia, no montante de R\$ 354.540, decorrente da incorporação da Prime Victory S.A. - nota explicativa nº 1.1.b. O montante realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 34.370



	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2024	Adições (exclusões) tributárias	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal (i)	538.643	(97.000)	441.643	(52.358)	389.285
Diferenças temporárias ativas:					
Variação cambial a realizar	39.067	42.449	81.516	(143.091)	(61.575)
Provisões não dedutíveis	81.850	98.263	180.113	(60.730)	119.383
Mais-valia (iii)	-	-	-	320.169	320.169
Indébitos tributários – IRPJ/CSLL sobre Selic	4.794	-	4.794	-	4.794
	664.354	43.712	708.066	63.990	772.056
Diferenças temporárias passivas:					
Valor justo do ativo biológico	(297.574)	48.363	(249.211)	(1.529.525)	(1.778.736)
Instrumentos financeiros derivativos	(109.236)	89.515	(19.721)	(85.183)	(104.904)
Depreciação acelerada incentivada	(913.833)	(53.602)	(967.435)	(16.113)	(983.548)
Arrendamento	-	(265.935)	(265.935)	(96.053)	(361.988)
	(1.320.643)	(181.659)	(1.502.302)	(1.726.874)	(3.229.176)
	(656.289)	(137.947)	(794.236)	(1.662.884)	(2.457.120)
Diferido ativo não circulante	-	9.849	9.849	2.596	12.445
Diferido passivo não circulante (ii)	(656.289)	(147.796)	(804.085)	(1.665.480)	(2.469.565)
	(656.289)	(137.947)	(794.236)	(1.662.884)	(2.457.120)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.144.956 (R\$ 1.298.950 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, do valor total de R\$ 1.665.480 o montante de R\$ 14.279 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à contabilização de hedge, conforme nota explicativa nº 8.4.4 – *Hedge Accounting*.

(iii) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o valor de mais-valia, no montante de R\$ 354.540, decorrente da incorporação da Prime Victory S.A. - nota explicativa nº 1.1.b. O montante realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 34.370



24. Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza ambiental, cível, tributária e trabalhista, para as quais a Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho visando determinar o risco de perda, o qual se reflete na constituição da provisão para contingências, que apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	Ambientais	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Controladora					
Saldo em 01 de janeiro de 2024	9.889	2.345	-	29.971	42.205
Adições	-	2.559	-	11.570	14.129
Pagamentos	-	(4.087)	-	(20.977)	(25.064)
Reversões	-	(385)	-	(4.899)	(5.284)
Atualizações	1.357	113	-	4.249	5.719
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.246	545	-	19.914	31.705
Adições	-	189	3.593	7.722	11.504
Pagamentos	(1.663)	(607)	(2)	(11.666)	(13.938)
Reversões	(9.326)	93	-	(6.310)	(15.543)
Atualizações	472	19	78	2.990	3.559
Saldo em 31 de dezembro de 2025	729	239	3.669	12.650	17.287
Consolidado					
Saldo em 01 de janeiro de 2024	9.889	2.345	-	30.010	42.244
Adições	-	2.559	-	11.606	14.165
Pagamentos	-	(4.087)	-	(21.053)	(25.140)
Reversões	-	(385)	-	(4.894)	(5.279)
Atualizações	1.357	113	-	4.257	5.727
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.246	545	-	19.926	31.717
Adições	-	189	3.593	7.837	11.619
Pagamentos	(1.663)	(607)	(2)	(11.781)	(14.053)
Reversões	(9.326)	93	-	(6.308)	(15.541)
Atualizações	472	19	78	2.990	3.559
Saldo em 31 de dezembro de 2025	729	239	3.669	12.664	17.301

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes contingências, cujas expectativas de perda, avaliadas pela Administração e respaldadas pelos assessores jurídicos, estavam classificadas como possível e, portanto, não foram provisionadas:

Possíveis	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ambientais	201	391	201	391
Cíveis	19.024	15.055	19.035	15.183
Trabalhistas	22.295	20.714	22.508	20.851
Tributárias	561.948	495.568	561.948	495.568
Administrativas	-	266	-	266
	603.468	531.994	603.692	532.259

Em 28 de junho de 2023, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que a Companhia teria deixado de recolher Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, calculados sobre os lucros auferidos nos anos calendário de 2018 e 2019 por suas controladas na Áustria e na China. O crédito tributário lançado, considerando os acréscimos legais, foi de R\$ 538.436 e,



na opinião dos assessores legais e da Administração, os riscos de perda, considerando a natureza do litígio, são classificados como possíveis.

25. Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.487
Reversão dos Dividendos Mínimos Obrigatórios de 2024 conforme AGO de 29 de abril de 2025	(274.487)
Dividendos às contas de Reserva para Expansão, Reserva de Dividendos Mínimos Obrigatórios e Retenção de Lucros (nota 26.7.)	7.403.357
Dividendos intercalares relativos ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025 (nota 26.7.)	1.600.946
(-) Pagamentos	(3.207.358)
(-) Compensação parcial do crédito relativo as Notas Comerciais Privadas, mantidas junto a J&F S.A. (nota 11.5)	(5.796.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

⁽ⁱ⁾ Em 23 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$ 2.000.000, calculados à conta de lucros acumulados para o período de onze meses encerrado em 30 de novembro de 2025. Os dividendos intercalares serão debitados à proposta de distribuição do saldo remanescente dos lucros do exercício.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1.788.792, sendo composto por 1.525.558.419 ações ordinárias. A composição acionária da Companhia é representada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas controladores				
J&F S.A	1.525.558.419	100,00%	771.780.004	50,59%
CA Investment S.A (i)	-	-	753.778.415	49,41%
	1.525.558.419	100,00%	1.525.558.419	100,00%

(i) A CA Investment S.A. transferiu a totalidade de sua participação na Eldorado para a Prime Victory Company S.A. ("Prime Victory"), de forma precedente à venda da participação para a J&F S.A., item (ii), abaixo.

(ii) Em 15 de maio de 2025, a J&F S.A., acionista majoritária da Eldorado, adquiriu da Paper Excellence B.V, acionista minoritário, a totalidade do capital social da Prime Victory, que, por sua vez, detinha a participação de 49,41% da Eldorado – nota explicativa nº 1.1.b.

26.2. Reserva de capital

A reserva de capital corresponde a reserva especial de ágio proveniente da incorporação do acervo líquido da Prime Victory Company S.A., devidamente ajustado para refletir os benefícios fiscais decorrentes da incorporação (nota 1.1.(b))

A reserva especial de ágio poderá ser incorporada ao capital social à medida que forem realizados os ativos que lhes deram origem.



26.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

26.4. Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais estão vinculadas às subvenções para investimentos concedidas pelo Governo do Mato Grosso do Sul - MS, como contrapartida à implantação e manutenção da unidade industrial na cidade de Três Lagoas, e totalizaram o montante de R\$ 8.962 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

26.5. Reserva para expansão

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 09 de junho de 2025, aprovou a reversão integral das reservas para expansão, com destinação do montante à distribuição de dividendos aos acionistas - nota explicativa nº 26.7.

26.6. Retenção de lucros e Reserva de dividendos mínimos obrigatórios

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 09 de junho de 2025, aprovou a reversão integral dos lucros retidos e dos dividendos mínimos obrigatórios retidos, registrados respectivamente às contas de "Retenção de Lucros" e "Reserva de dividendos mínimos obrigatórios retidos", os quais foram destinadas à distribuição de dividendos aos acionistas - nota explicativa nº 26.7.

26.7. Dividendos

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 09 de junho de 2025, aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 7.403.357, mediante a reversão dos saldos registrados nas contas de Reserva para Expansão, Reserva de Dividendos Mínimos Obrigatórios e Retenção de Lucros. A liquidação dos dividendos ocorreu por meio de pagamento em caixa e pela compensação parcial dos créditos decorrentes de Nota Comercial Privada, mantidos junto a J&F S.A. (nota 11.5), conforme a composição a seguir:

	2025
Liquidação em caixa	3.207.358
Compensação com a Nota Comercial Privada	4.195.999
Total dos dividendos	7.403.357

Em 3 de novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$ 1.600.946, calculados à conta de lucros acumulados para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025. Os dividendos intercalares foram integralmente liquidados pela compensação parcial dos créditos decorrentes das Notas Comerciais Privadas mantidas junto a J&F S.A. (nota 11.5).

Nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações para a reserva legal, reserva de contingências e reserva de incentivos fiscais, deverá ser destinado ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, que não serão inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido ajustado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.046.846, os quais foram imputados aos dividendos intercalares distribuídos em 3 de novembro de 2025.



O lucro líquido remanescente do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, será destinado à distribuição aos acionistas – Dividendos Propostos, conforme proposta da Administração a ser formalizada nos termos da legislação aplicável.

26.8. Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão, que representam as diferenças de conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda funcional da Companhia, foram diminuídos em R\$ 105.712 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (aumentados em R\$ 414.646 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

26.9. Resultado por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído foi baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada das ações ordinárias em circulação:

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.551.787	1.095.508
Quantidade média ponderada de ações do exercício	1.525.558	1.525.558
Lucro por ação básico e diluído	2,9837	0,7181

A Companhia não possui instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

27. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	1.304.436	1.219.964	1.339.973	1.231.311
Mercado externo	3.709.799	5.016.245	7.099.129	7.243.906
Descontos e abatimentos	(11.548)	(13.612)	(2.320.799)	(1.864.669)
Receita bruta	5.002.687	6.222.597	6.118.303	6.610.548
Impostos sobre vendas	(229.430)	(231.533)	(238.834)	(237.178)
Receita líquida	4.773.257	5.991.064	5.879.469	6.373.370



28. Segmentos operacionais

28.1. Segmentos geográficos

A receita líquida consolidada, distribuída com base na localização geográfica dos clientes, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Mercado interno	1.095.401	1.010.005
Ásia	2.049.889	2.514.984
América do Norte	1.184.889	1.476.015
Europa	1.042.825	805.648
América do Sul	376.383	328.398
Oriente Médio	66.070	214.219
África	64.012	24.101
Mercado externo	4.784.068	5.363.365
Receita líquida	5.879.469	6.373.370

28.2. Informação sobre os principais clientes

Das vendas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhum cliente, individualmente, representou mais de 10% da receita líquida da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dois clientes, individualmente, representavam mais de 10% da receita líquida da Companhia.

28.3. Informação sobre o total de ativos não circulantes

Os ativos não circulantes apresentam a seguinte segmentação geográfica:

	Consolidado	
	2025	2024
Brasil	26.583.392	13.003.868
Áustria	221	250
Estados Unidos	1.958	2.687
China	51	103
Total do ativo não circulante	26.585.622	13.006.908

29. Custos e despesas por categoria e natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(2.612.594)	(2.686.560)	(2.741.010)	(2.796.271)
Despesas administrativas e gerais (i)	(793.253)	(430.283)	(866.506)	(471.539)
Despesas com vendas e logística	(371.988)	(320.497)	(670.020)	(636.665)
Total por categoria	(3.777.835)	(3.437.340)	(4.277.536)	(3.904.475)
Despesas com pessoal	(733.099)	(673.292)	(771.444)	(696.537)
Despesas com serviços, materiais e transportes (i)	(1.540.766)	(976.776)	(1.881.192)	(1.418.339)
Depreciação, exaustão e amortização	(804.360)	(771.028)	(901.358)	(782.148)
Matéria-prima e consumíveis	(646.522)	(974.523)	(665.035)	(961.038)
Outros	(53.088)	(41.721)	(58.507)	(46.413)
Total por natureza	(3.777.835)	(3.437.340)	(4.277.536)	(3.904.475)



- (i) Considera o montante de R\$ 435.309 de despesas jurídicas relacionadas com o encerramento do litígio entre os acionistas, e com a incorporação da Prime Victory - nota 1.1.(a).

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reversão de perdas de créditos de ICMS - nota 14	10.811	21.324	10.811	21.324
Indenizações	(13.938)	(25.065)	(14.053)	(25.140)
Baixas de ativos fixos e biológicos - nota 15, 17 e 18 (i)	(179.547)	(70.723)	(179.547)	(70.723)
ICMS não recuperável	(2.572)	(1.936)	(3.141)	(2.438)
Vendas de ativos imobilizado e bens inservíveis	35.576	34.326	35.576	34.326
Contingências processuais	14.418	10.500	14.416	10.527
Depreciação e amortização (ii)	(57.538)	(279)	(57.538)	(279)
Outras	7.524	5.374	7.286	5.134
	(185.266)	(26.479)	(186.190)	(27.269)

- (i) As baixas de ativos referem-se, principalmente, a sinistros florestais decorrentes de eventos ambientais, como incêndios e déficits hídricos, no montante de R\$ 160.817, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

- (ii) Do total de depreciação e amortização do exercício, o montante de R\$ 57.260 refere-se à depreciação e amortização do ágio e da mais-valia, conforme notas explicativas nº 17 e nº 18. Estes valores são provenientes da incorporação da Prime Victory, conforme é detalhado na nota nº 1.1.b

31. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	215.170	69.345	228.572	94.384
Juros ativos	534.288	895	534.288	891
Outras receitas financeiras	879	5.943	960	5.943
Receitas financeiras	750.337	76.183	763.820	101.218
Despesas bancárias	(191)	(148)	(391)	(285)
Juros passivos	(1.061.041)	(292.103)	(1.060.048)	(268.315)
Outras despesas financeiras	(101.469)	(20.860)	(128.067)	(31.856)
Despesas financeiras	(1.162.701)	(313.111)	(1.188.506)	(300.456)
Ganhos (Perdas) realizados	461.636	(476.718)	461.636	(476.718)
Ganhos (Perdas) a realizar	292.538	(47.279)	292.538	(47.279)
Instrumentos financeiros derivativos (i)	754.174	(523.997)	754.174	(523.997)
Empréstimos e financiamentos	309.730	(297.059)	232.641	(297.059)
Outros ativos e passivos	115.113	86.230	199.047	76.952
Variação cambial, líquida	424.843	(210.829)	431.688	(220.107)
Resultado financeiro líquido	766.653	(971.754)	761.176	(943.342)

- (i) A variação do valor justo dos derivativos está relacionada com a valorização/ desvalorização do real frente ao dólar norte-americano (USD) e com a variação entre os indexadores de correção dos contratos e a taxa pré-fixada em USD.



32. Contratos *take-or-pay*

32.1. Plantas químicas e ramal de distribuição de gás

A Companhia é parte integrante de contratos do tipo *take-or-pay* de duas plantas químicas e de um ramal de distribuição de gás, constituídos com o objetivo de suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose.

O contrato da Planta de Dióxido de Cloro, com prazo de 15 (quinze) anos e vigente desde dezembro de 2012, tem preço composto pelos custos fixos e variáveis de produção, com cláusula de reajuste geralmente aplicável para este tipo de contratação.

O contrato da Planta de Oxigênio Gasoso, com prazo de 15 (quinze) anos e vigente desde outubro de 2012, é denominado em dólares norte-americanos e pago em parcelas fixas mensais, reajustadas pelo índice PPI – *Producer Price Index*, no primeiro dia de dezembro de cada ano.

O contrato de gás natural, com prazo de 12 (doze) anos e vigente desde maio de 2016, apresenta a seguinte composição no preço por metro cúbico do gás consumido:

- a) preço do gás natural, reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela *Spot Price Assessments* publicada no *Platt's Oilgram Price Report*;
- b) tarifa de transporte, reajustada em maio de cada ano, com base na variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM;
- c) margem fixa da distribuidora, reajustada no primeiro dia de cada ano, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, os pagamentos mínimos futuros não canceláveis são os seguintes:

Controladora e Consolidado			
Ano	2026	2027	2028
Valores	116.442	112.398	45.963

Valores reconhecidos no resultado

Controladora e Consolidado		
	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	247.833	183.686



33. Transações não caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, determinadas transações de investimento ou de financiamento, apesar de impactarem a estrutura patrimonial da Companhia, não envolvem movimentações efetivas de caixa ou equivalentes.

As transações relacionadas abaixo não são refletidas na demonstração dos fluxos de caixa, cujo objetivo é apresentar exclusivamente as variações que resultam em entradas ou saídas de caixa no exercício.

	Notas	Adições e reajustes de parcelas	Depreciação direito de uso	Juros de arrendamento	Cessão de crédito	IncorporaçãoAdiantamentos de reversa	clientes
Controladora							
Estoques	13	-	11.509	5.513	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12	-	96.859	122.639	-	-	-
Ativos biológicos	15	-	145.536	102.952	-	-	-
Direitos de uso	19.1	756.583	(253.904)	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	19.2	(756.583)	-	(231.104)	-	-	-
Adiantamentos de clientes	21	-	-	-	-	-	(42.206)
Despesas Financeira	21	-	-	-	-	-	42.206
Notas Comerciais Privadas recebidas em cessão de crédito, em contrapartida a integralização, por instituição financeira, de Notas Comerciais Escriturais Públicas emitidas pela Companhia	22.5	-	-	-	(12.000.000)	-	-
Dividendos compensados	26.7	-	-	-	5.796.945	-	-
Imobilizado	17	-	-	-	-	(296.071)	-
Intangível	18	-	-	-	-	(488.015)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	-	-	-	-	(354.540)	-
Reserva Especial de ágio na Incorporação	1.1.b	-	-	-	-	1.138.626	-
Consolidado							
Estoques	13	-	11.509	5.513	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12	-	96.859	122.639	-	-	-
Ativos biológicos	15	-	145.536	102.952	-	-	-
Direitos de uso	19.1	771.117	(253.904)	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	19.2	(771.117)	-	(231.104)	-	-	-
Adiantamentos de clientes	21	-	-	-	-	-	(42.206)
Despesas Financeira	21	-	-	-	-	-	42.206
Notas Comerciais Privadas recebidas em cessão de crédito, em contrapartida a integralização, por instituição financeira, de Notas Comerciais Escriturais Públicas emitidas pela Companhia	22.5	-	-	-	(12.000.000)	-	-
Dividendos compensados	26.7	-	-	-	5.796.945	-	-
Imobilizado	17	-	-	-	-	(296.071)	-
Intangível	18	-	-	-	-	(488.015)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	-	-	-	-	(354.540)	-
Reserva Especial de ágio na Incorporação	1.1.b	-	-	-	-	1.138.626	-



34. Eventos subsequentes

(a) Operação de permuta e venda de madeira

Em 2 de janeiro de 2026, nos termos da operação celebrada em 2025 entre a Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia" ou "Eldorado") e a Suzano S.A., a Companhia recebeu a parcela residual no montante de R\$ 465 milhões, conforme previsto nos instrumentos contratuais da referida transação.

(b) Dividendos intercalares

Em 23 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$ 2.000.000, calculados à conta de lucros acumulados para o período de onze meses encerrado em 30 de novembro de 2025. Os dividendos intercalares foram integralmente compensados com os créditos provenientes das Notas Comerciais Privadas mantidas junto a J&F S.A.

(c) Liquidações antecipadas de empréstimos

Em 5 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a liquidação antecipada de uma CPR Financeira e a amortização parcial de uma NCE, no montante total de R\$ 552 milhões, incluindo principal e juros, cujos vencimentos originais estavam previstos para 2028.



Diretoria Estatutária

Carmine De Siervi Neto

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Germano Aguiar Vieira

Diretor Florestal

Carlos Roberto de Paiva Monteiro

Diretor Técnico Industrial

Rodrigo Libaber

Diretor Comercial

Conselho de Administração

Aguinaldo Gomes Ramos Filho

Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Longo

Conselheiro

Francisco de Assis e Silva

Conselheiro

Marcio Antonio Teixeira Linares

Conselheiro

Contador

Euclides Paula Santos Neto

CRC SP 322712/O